

**A Escola Panóptica:  
O dispositivo no Colégio do Rosário**

**Rodrigo Rocha Pereira**

**Trabalho de Projecto em Ciências da Comunicação  
Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias**

**Setembro, 2018**

---

A Escola Panóptica:

O dispositivo no Colégio do Rosário

Rodrigo Rocha Pereira

Orientado por António Fernando Cascais

Mestrado de Ciências da Comunicação - Cultura Contemporânea e  
Novas Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova  
de Lisboa



Aconselha-se o visionamento da curta-metragem *Prefácio* (2018) elaborada no âmbito deste projeto, a qual pode ser consultada em <https://vimeo.com/297196937> com a palavra-passe *cumchristum*.

para o ricardo  
por estar

aos meus avós  
por serem.

*“não existe nenhuma insanável contradição entre estética e  
autoridade.”*

José Saramago, *Todos os Nomes*

## Índice

Introdução.....	p.6
I. Estrutura institucional.....	p.8
Atuação disciplinar.....	p.10
Ação corretiva.....	p.12
Ação sancionatória.....	p.14
Ação arquitectónica.....	p.17
II. A norma do Colégio.....	p.19
Excelência pedagógica.....	p.21
Efeitos da norma.....	p.25
III. Controlo dos alunos.....	p.29
Critérios de admissão.....	p.31
Organização dos corpos.....	p.33
Perfil e registo.....	p.36
Sentidos de vigilância.....	p.38
IV. Dispositivo católico.....	p.40
Panoptismo religioso.....	p.44
Análise da experiência.....	p.47
Análise do filme <i>Prefácio</i> .....	p.54
Conclusão.....	p.59
Anexos.....	p.62
Referências Bibliográficas.....	p.63

## **I. Introdução**

O presente trabalho procura aplicar a noção foucauldiana de panoptismo na realidade do Colégio do Rosário e na experiência da confissão inerente à sua ideologia cristã. O Colégio do Rosário consiste numa instituição educativa privada de orientação católica que abrange todos os ciclos de ensino, do Pré-Escolar ao Ensino Secundário, e cujos parâmetros de excelência e de religiosidade motivaram a presente investigação.

Numa primeira fase, o levantamento integral do dispositivo que atua no Colégio exige a distinção das várias tipologias de poder existentes ao longo da sua estrutura institucional. Assim, apresentam-se os diversos órgãos competentes por esta actuação disciplinar, sendo que estes actuam por meio de práticas discursivas e práticas não discursivas, como será o caso do valor arquitectónico do Colégio. Juntamente com o acervo documental da instituição, prevê-se que segundo esta perspectiva sejam problematizados os mecanismos responsáveis pela produção de um determinado estudante dentro de uma estrutura panóptica.

Evidencia-se igualmente a apologia de uma educação polivalente do aluno, traduzida numa norma de excelência académica que se comprova pela excelente posição do Colégio nos rankings dos exames nacionais. Essa norma é constituída por determinadas regras e princípios que constroem o modelo de indivíduo que serve como ponto de partida para o personagem que se apresenta enquanto pecador na performance confessional. Sendo admitido no Colégio de acordo com critérios específicos de admissão, este é submetido a uma cronologia e a um registo que exercem um controlo rigoroso no estudante em nome do seu melhor desempenho académico. Fundamentado numa leitura leuziana das sociedades de controlo, nomeiam-se os mecanismos pelos quais se selecciona, se distingue e se confina o aluno, dividindo-se em condições de ingresso, princípios de organização dos corpos e métodos de arquivamento e de registo.

Por outro lado, a liturgia cristã pela qual o Colégio se orienta permeia toda a sua estrutura institucional e encontra-se associada às atividades de solidariedade produtiva que desenvolve, aos mecanismos de formação religiosa

que atestam a manutenção de uma norma católica e, mais importantemente, a uma possível leitura panóptica que é possível fazer deste dispositivo religioso. Enquanto prática ainda existente, a confissão é o ritual cristão utilizado como dispositivo na curta-metragem que complementa o trabalho. Numa tentativa de construir uma abordagem inovadora do dispositivo fílmico e das possibilidades de hibridação entre verdade e ficção a que este permite, a gravação de uma confissão real permite uma reflexão autêntica sobre a prevalência dos processos de subjectivação católica.

Na experiência e na curta-metragem desenvolvidas, apresenta-se uma narrativa fictícia sobre um jovem católico que recorre à Igreja e à confissão para encontrar respostas relativamente à relação entre a sua homofobia, a sua religião e a possibilidade da sua existência simultânea. O filme completa a reflexão acerca da individuação católica, dos condicionamentos das alter-sexualidades e da autenticidade/Verdade enquanto dispositivo estético. De natureza fictícia, pretendo enquadrar a vertente empírica dos meus anos vividos no Colégio com os condicionamentos morais que o Colégio e o seu catolicismo implícito produzem em jovens que confrontam a sua fé com o quadro atual das políticas de identidade.

O presente projeto está estruturalmente dividido em três partes:

- a redação de uma memória descritiva faseada:
  - numa análise foucauldiana da instituição do Colégio do Rosário;
  - na reflexão e problematização das conclusões retiradas;
- a realização e gravação de uma experiência confessional;
- a realização de uma curta-metragem resultante do conteúdo sónico obtido na confissão.



Imagem 1 — Vista aérea do Colégio do Rosário. (Fonte: site oficial.)

## II. Estrutura institucional

A administração e a organização do Colégio e a asserção dos direitos e dos deveres dos diferentes indivíduos que o constituem são as linhas gerais contempladas no Regulamento Interno, documento mais importante do acervo documental que se encontra no site oficial da instituição. Especificamente, a divisão categórica das funções administrativas está clara e devidamente estruturada no primeiro capítulo dedicado à Organização.

De acordo com o terceiro artigo do mesmo capítulo, o Colégio de Nossa Senhora do Rosário, designação completa do Colégio do Rosário, é uma instituição educativa privada católica cuja propriedade pertence ao Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, que é uma “congregação religiosa apostólica de carácter internacional” (artigo 3º). Esta organização é mencionada na missão e na visão da instituição compreendidas no seguinte:

*“Inspirados pelo espírito dos fundadores do IRSCM, assumindo todo o percurso histórico da Instituição, definimos como Missão e Visão, orientadoras de toda a nossa ação presente e para os anos futuros, ‘Educar para a Justiça para que todos tenham Vida.’”*  
(artigo 4º do R.I.)

No capítulo da Organização, o Regulamento descreve como se formam e se interligam os vários órgãos do Colégio cuja actuação em rede constitui um dispositivo dos vários tipos de poder que uma escola deve possuir. As entidades que possuem as competências que administram, coordenam e assistem este poder são:

- a Direcção;
- os Órgãos de Orientação e Coordenação Educativa;
- os Serviços de Complemento Educativo;
- os Serviços de Apoio.

A Direcção é liderada pela irmã Maria Teresa Nogueira, nomeada pela Superiora Provincial do IRSCM — a irmã Isabel Grangeon — a quem se destaca: superintender as actividades do Colégio; prosseguir a missão e o projeto da missão do Colégio; dar parecer e seleccionar o pessoal docente e não docente

do Colégio, respetivamente; nomear todos os restantes constituintes do órgão da Direção; informar a Superiora. Existe, como se pode verificar, uma estreita ligação entre a instituição educativa e a congregação religiosa. Especificamente, estão compreendidos no órgão da Direcção a diretora, a administradora — ambas funções estão a cargo da irmã Maria Teresa Nogueira —, a vice-diretora e os coordenadores de ciclo.

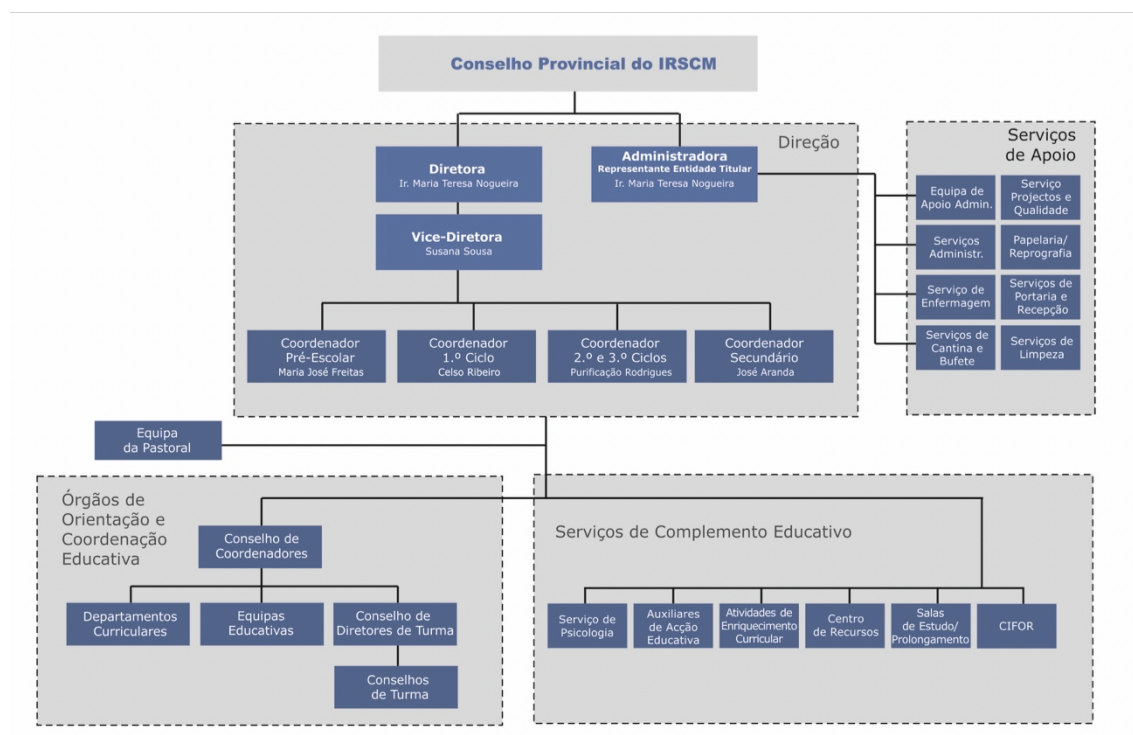


Figura 1 — Organograma institucional do Colégio do Rosário (fonte: Regulamento Interno).

Por outro lado, a manutenção de uma norma de excelência baseia-se essencialmente na atuação dos Serviços de Apoio — como o Serviço de Projectos e Qualidade (responsável por avaliar o nível de satisfação dos alunos) ou a Equipa de Apoio Administrativo (cuja função principal é a de manter um contacto próximo com a Administradora do Colégio) — e dos Serviços de Complemento Educativo, que, como o nome indica, são responsáveis pelas atividades que ajudam o aluno a todos os níveis, desde o acompanhamento psicológico ao seu enriquecimento curricular. Devido ao facto de estes agrupamentos serem de pertinência reduzida para a atuação da disciplina, esta organização apenas se apresenta no gráfico acima. Esta estrutura não discrimina, no entanto, três qualidades administrativas que, embora constituam uma importância

reduzida e essencialmente simbólica, se traduzem na atribuição de poderes à camada familiar e estudantil: é o caso da APRosário, associação na qual os encarregados de educação estão automaticamente inscritos perante o ingresso dos seus filhos no Colégio; a Associação de Estudantes e os delegados de turma que, eleitos democraticamente, detêm os poderes de organizarem eventos lúdicos, por um lado, e os de assessorarem o director de turma, por outro.

### Atuação disciplinar

No presente trabalho, a atuação disciplinar é entendida no âmbito das consequências, isto é, na aplicação de disciplina enquanto resposta a um desvio das normas que se prevêem que o estudante siga. Encapsulando previamente a extensa organização institucional e as relações que se estabelecem entre os vários órgãos internos do Colégio, levantam-se neste capítulo as práticas disciplinares discursivas e não discursivas correspondentes aos comportamentos que não se enquadram na norma permitida pelo Colégio. Dividindo-se em práticas discursivas de finalidade corretiva ou punitiva, a disciplina não depende exclusivamente de atuação discursiva, pelo que também se fala de um valor arquitectónico e estético do Colégio responsável por um exercício mais eficaz e totalizante de vigilância disciplinar.

O ensino nem sempre se orientou por uma visão seriada da instituição escolar. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault menciona como o método individual entre o mestre e o aluno fazia com que a disciplina fosse menos vigilante e consequentemente menos eficaz (FOUCAULT: 1975, p. 161). Por isto, concebeu-se um espaço no qual os alunos se encontrariam posicionados de frente para o professor e para o seu olhar constante e comum. Esta transição de um modelo monitorial de educação para um de simultaneidade exigiu a hierarquização e o nivelamento do dispositivo educativo:

*“O ‘nível’, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: fileiras de alunos na aula, nos corredores, nos pátios; grau atribuído a cada um em relação a cada tarefa de mês a mês, de ano a ano; hierarquização das classes etárias, sucessão das matérias ensi-*



*nadas, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente.”*

(FOUCAULT: 1975, 170)

A noção de nível é, portanto, de grande importância para o entendimento da estruturação hierárquica da instituição escolar: organiza, regula e controla o aluno. O próprio estrado a partir do qual o professor dá a sua aula contribui para que a actuação destes princípios seja maior, como diz Llamas:

*“O facto do professor se sentar num lugar oposto ao dos seus alunos, por vezes num estrado, dá-lhe a oportunidade de ter muito mais visibilidade para ‘controlar’ a turma. Até a forma como as secretárias estão distribuídas pela sala contribui para a eficiência da actuação de poder, vigilância e controlo.”*

(LLAMAS: 2006, p. 8)

A actuação disciplinar que se segue apenas se aplica ao contexto de determinada escola, anunciando-se uma delimitação espacial deste poder e da disciplina que, realizando-se num determinado circuito fechado, retira o estudante de circulação para o formatar antes de o obrigar a produzir. Em entrevista com John Simon, Foucault sublinha a importância deste circuito:

*“Primeiramente, uma função de exclusão. O estudante é colocado no exterior da sociedade, num campus. É então excluído enquanto recebe um conhecimento naturalmente tradicional, obsoleto, “académico” e não directamente ligado às necessidades de hoje em dia. Esta exclusão está encarregue pela organização à volta do estudante, por mecanismos sociais que são fictícios, artificiais e quase teatrais.”*

(SIMON: 1971, p. 193)

O mesmo é confirmado por Goffman quando este afirma que toda a instituição total tem tendência para se encerrar nela própria (GOFFMAN: 1961, p. 16). Tal acontece igualmente no Colégio, sendo que a instituição educativa tem a particularidade de possuir um conjunto de estruturas, de regras e de princípios que só a este pertence. Esta especificidade é ainda maior no caso em análise, algo que essencialmente se deve à articulação entre a moral católica re-

gente e a qualidade de excelência que o Colégio prescreve nas suas metodologias.

### Ação corretiva

No processo simultâneo de exclusão da sociedade e de integração do aluno na circunscrição prescrita pela escola, a actuação disciplinar tornou-se imperativa para a produção do estudante enquanto indivíduo absorvível pela sociedade (p.194) e pelo mundo do trabalho em particular. Através de diversas práticas disciplinares, é esperado que o aluno se transforme num modelo de comportamento que contemple os valores necessários para a sua futura integração na sociedade enquanto indivíduo produtor não apenas de conhecimento, mas de mão-de-obra e de capital.

Em linhas gerais, Mark Jackman coloca quatro manifestações tradicionais de poder em especial destaque, diferenciando estas relações de poder-saber que se estabelecem entre professor e o seu subordinado, o aluno: em primeiro lugar, o poder tradicional de autoridade, ou “a virtude de ser o indivíduo com a competência geral de dispensar recompensas ou sanções de acordo com o comportamento dos estudantes, conformidade e obediência” (JACKMAN: 2014); o poder detido pelo professor face aos conteúdos programáticos, dos quais possui evidentemente mais conhecimento; o poder de desafio, que se traduz no estabelecimento de quadros de referência que desafiam os alunos a progredirem no seu desempenho e a obterem sucesso; por último, o poder de interesse, que consiste nas competências comunicativas que o professor emprega ou na maneira pela qual o material é apresentado para deliberadamente evocar, capturar e prender o interesse dos estudantes. O poder pedagógico do docente atua tradicionalmente de acordo com estas tipologias que garantem a prevalência da sua autoridade sobre os seus alunos, restando apenas saber o que acontece quando estes lhes desafiam.

Especificamente, a infração no meio educativo tem lugar a uma ação disciplinar que lhe corresponde. A ação praticada no Colégio tem, conforme o Regulamento Interno indica, o objectivo de corrigir comportamentos que não se coadunam com os valores do Colégio, nomeadamente uma atitude que de-

monstre um “desrespeito pelos valores e princípios decorrentes do Ideário e do Compromisso Educativo do Colégio” ou um comportamento que perturbe o funcionamento normal da instituição.

Evidentemente, a falha no cumprimento das regras e dos códigos de conduta do Colégio constitui uma infração que resulta na determinação rigorosa de um castigo que varia de acordo com a sua gravidade e com os seus contornos circunstanciais. Mencionando que o sistema disciplinar oferece a “possibilidade de um controlo pormenorizado e de uma intervenção pontual”, Foucault enumera os princípios subjacentes de acordo com a sua gravidade gradual: a diferenciação, ao distinguir uma infração ou uma má conduta por parte do aluno; a correção, seja na própria formação cívica do aluno ou na possibilidade de restituição dos danos produzidos (se a infração for relativa a outro indivíduo, o pedido de desculpa pode ser a recompensa esperada); o castigo, que visa apenas a ação punitiva ou sancionatória; e a eliminação, cujo caso extremo se traduzirá no impedimento de frequência do Colégio (FOUCAULT: 1975, p. 185).

Na realidade da instituição em análise, a ação disciplinar articula uma finalidade corretiva na qual face às infrações se perseguem “finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasivas e de integração” (artigo 13º) que têm a correção e a formação moral, ética e cívica do aluno como objetivo, e uma finalidade sancionatória, que consiste exclusivamente na punição do infrator. Das

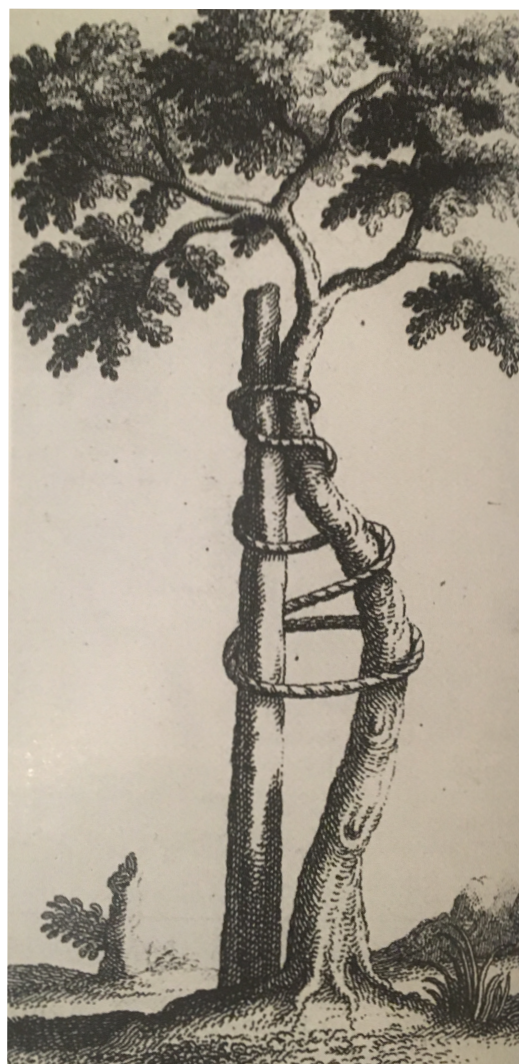


Imagem 2 — *L'orthopédie ou l'art de prévenir et de corriger dans les enfants les difformités du corps*, 1749 (Fonte: *Vigiar e Punir*).

medidas disciplinares corretivas do Colégio constam as seguintes:

- advertência;
- saída temporária do espaço onde se encontra;
- ordem de saída da sala de aula;
- aumento do período de permanência no Colégio;
- condicionamento no acesso a espaços, materiais e equipamentos;
- mudança de turma;
- suspensão da renovação de matrícula.

Devido à sua especialidade, é importante delinear as características de algumas destas medidas. A ordem de saída da sala de aula é registada pelo professor que a ordena, devendo ser comunicada aos encarregados de educação à terceira e à quinta vez que esta aconteça (artigo 20º). Por sua vez, a suspensão da renovação de matrícula “deve ser aplicada sempre que se entenda que pode promover a mudança de comportamento por parte do aluno” (artigo 24º) e é um direito exclusivo da diretora do Colégio. Depende de um conjunto de fatores que visa a promoção e a manutenção dos valores do Colégio e assegura um comportamento e um desempenho académico satisfatórios — entenda-se por satisfatório a passagem para o ano seguinte, não reprovar mais do que uma vez, e a ausência de classificações negativas em disciplinas importantes (artigo 52º) —, sendo que na transição para o ensino secundário os alunos encontram-se sob uma vigilância e uma análise mais apertadas (artigo 53º). Consiste, portanto, numa espécie de ultimato que instala no infrator um sentimento de medo e de vigilância que motive a alteração do seu comportamento até ao final do ano letivo, altura em que a diretora toma a decisão de lhe permitir renovar a sua matrícula ou não.

### Ação sancionatória

Por outro lado, a atuação disciplinar consiste também numa punição que se traduz na correspondência de qualquer infração a uma qualificação penal que, igualmente discriminadas no Regulamento, equivalem institucionalmente ao código penal. Eis a regra da especificação ótima de *Vigiar e Punir*, que indi-

ca a necessidade de classificação de *todas* as infrações para que a punição correspondente seja rigorosa na sua justiça. Leia-se:

*“Regra da especificação ótima. Para que a semiótica penal abranja todo o campo das ilegalidades que se pretende eliminar, todas as infrações têm de ser qualificadas; devem ser classificadas e reunidas em espécies que não deixem ficar nenhuma de fora. É então necessário um código, e que seja suficientemente exato para que cada tipo de infração possa nele constar de forma clara.”*

(FOUCAULT: 1975, p. 114)

A qualificação das medidas disciplinares sancionatórias divide-se em:

- repreensão registada;
- suspensão até 3 dias úteis;
- suspensão entre 4 a 12 dias úteis;
- impedimento de frequência do Colégio. (artigo 30º).

A aplicação destes castigos segue uma lógica cumulativa que complementa os princípios descritos por Foucault: a um acréscimo de medidas corretivas corresponde a aplicação de uma medida sancionatória, pelo que, a título de exemplo, para se proceder à mudança de turma após uma advertência ou uma ordem de saída do espaço escolar, é necessário que haja uma repreensão, uma suspensão, ou uma expulsão. O castigo mais elevado que pode ser atribuído é o impedimento de frequência do Colégio e “implica a proibição do acesso ao espaço escolar e da frequência das atividades letivas” (artigo 29º), algo que se equipara a uma expulsão. A frequência do Colégio é aqui entendida como o derradeiro privilégio — razão pela qual se o pode associar a uma instituição total, visto que os castigos representam um elemento vital para a sua existência — e consistem “na recusa temporária ou permanente de privilégios” ou na “eliminação do direito de tentar consegui-los” (GOFFMAN: 1961, p. 51). É sabido que a expulsão é algo que compromete o direito à educação por parte do aluno e que, por essa razão, não existe na realidade educativa portuguesa, mas esta medida equivale em linhas gerais a uma expulsão: trata-se somente de um mecanismo de linguagem.

Na eventualidade do aluno ser preventivamente suspenso, cabe ao Colégio informar o encarregado de educação e, na eventualidade da infração ser preocupante, cabe à diretora “participar a ocorrência à respetiva Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco ou, na falta desta, ao Ministério Público junto do Tribunal de Família e Menores” (artigo 33º). Mais ainda, a suspensão superior a 5 dias úteis é *obrigatoriamente* comunicada à respetiva Comissão se se tratarem de alunos menores de idade, responsabilizando-se automática e instantaneamente os encarregados de educação do infrator.

Contudo, qualquer penalidade resultante de atividade infratora possui a possibilidade de recurso (artigo 36º), mas este não impede a abertura de procedimento disciplinar por parte da organização: qualquer comportamento infrator é obrigatoriamente registado por escrito e está, sempre que se justificar, disponível no dossier do aluno (artigo 31º).

Existe, portanto, uma leitura penal que pode ser feita a partir destas características que, articuladas com a possível qualidade criminal da infração, encaram o aluno que infringe as regras como um delinquente ou até um criminoso: a direção do Colégio tem inclusive o direito de participar a ocorrência às autoridades criminais competentes (artigo 38º). Mais ainda, o castigo atribuído a cada situação infratora pode também ser atenuado de acordo com a colaboração moral e ética do estudante face ao sucedido, isto é, no caso de este apresentar à instituição que tem reconhecimento que o que fez constitui uma atitude moralmente repreensível ou condenável. Ao demonstrar esta consciência, o aluno faz a instituição saber de que se dissocia da infração a que incorreu, pelo que o seu castigo não será tão grave como o de aquele que não tem noção da amoralidade da sua conduta.

Para além do arrependimento, as seguintes são também consideradas como circunstâncias atenuantes: a confissão espontânea, na qual o aluno se submete voluntariamente à ação disciplinar; a sua boa conduta geral na instituição, ou seja, a ausência de infrações anteriores; na eventualidade da situação ainda não ser do total conhecimento da administração, a “colaboração (do aluno) no apuramento dos factos” (artigo 16º). Como é possível deduzir, este apaziguamento do castigo depende exclusivamente de uma economia moral do aluno que, dentro do contexto da sua infração, o reflecte como indivíduo

moralmente louvável. Por sua vez, a ajuda no apuramento dos factos contribui para a discursivização da verdade de um crime que apenas “poderá ser admitida depois de totalmente provada” (FOUCAULT: 1975, p. 113): eis outro princípio do sistema de punição apelidada por Foucault de regra da verdade comum.

Esta máquina de correção e punição circunscreve-se exclusivamente ao espaço físico do Colégio (artigo 14º) e, apesar da aplicação das medidas ser da exclusiva competência dos órgãos administrativos, a observação de comportamento perturbador ou desviante pode ser feita por um professor, por um membro do pessoal não docente ou — de maior importância para uma leitura panóptica — por um aluno que presencie a infração incorrida.

### Atuação Arquitectónica

A vigilância aplicada aos alunos do Colégio depende, numa primeira instância, do controlo que é feito a partir da sua circunscrição ao espaço através da entrada e da saída dos corpos dos jovens, que apenas o podem fazer sozinhos mediante a apresentação de uma autorização de saída assinada pelos encarregados de educação. Esse rigor é igualmente exercido no registo de assiduidade feito a cada momento letivo. Fora da sala de aula, os vigilantes são os responsáveis pela vigilância do aluno; por essa razão, as suas estações de trabalho situam-se em locais estratégicos para que se possibilite uma vigilância mais eficaz. O Colégio possui um corredor por cada ciclo de ensino, sendo que os do 3.º ciclo e os do Ensino Secundário se dispõem em forma de ‘L’, estando as secretárias dos vigilantes dispostas na intersecção para que consigam vigiar o espaço na totalidade. Seguindo este princípio, dá-se uma economia que articula espacialidade com um controlo sobre o qual, segundo Foucault, o arquiteto de uma sociedade disciplinar deve atentar. A violência perde a sua antiga importância para que apenas um olhar atento seja suficiente:

*“O arquiteto deve, então, depositar toda a atenção neste objeto; há nele uma questão de disciplina e, ao mesmo tempo, de economia. Quanto mais exata e fácil for a vigilância, menos necessário será procurar na força dos edifícios*

*garantias contra as tentativas de evasão e contra as comunicações entre os reclusos.”*  
(FOUCAULT: 1975, p. 287)

Segundo a teoria do *habitus* de Bourdieu, as relações que os indivíduos possuem entre si e o espaço dentro do qual interagem depende também do comportamento de respeito resultante de uma sensação de grandeza ou de altura do edifício (BOURDIEU: 1995, p. 14). A imponente e a austeridade do Colégio não só se traduzem nos seus espaços educativos como também se consagram na arquitetura dos seus espaços religiosos. Enquanto espaços desenhados para a realização de práticas católicas, a sua concepção produz um sentido que é isento de discurso e que articula a intimidade do ritual com a secularização da educação (MORENO: 2017, p. 72). A capela do Colégio é o exemplo mais evidente desta construção: inserido no próprio edifício principal, adiciona fácil e eficazmente uma relação de poder distinta às dos restantes espaços do Colégio: uma de respeito e de devoção para com o padre que conduz as eucaristias e para com Deus que se venera.



Imagem 3 — Fotografia do claustro do Colégio (Fonte: site oficial da instituição).



O poder religioso dissemina-se microscopicamente pelo Colégio por outros espaços como a sala de aula através do crucifixo ou através de uma imagética litúrgica que preenche os corredores e que implica uma narrativa católica que se pretende que esteja presente em todo o lado. À semelhança da capela, o claustro levanta uma forte semelhança à vida conventual. Espaço de contemplação e de meditação, é utilizado pelas irmãs e pelos próprios alunos em momentos especiais de oração: medeia a relação entre Deus e o crente num espaço no qual os seres humanos são simplesmente tolerados (MORENO: 2017, p.77).

## **II. A norma do Colégio**

Ao relegar a economia espectacular e punitiva do encarceramento absolutista, a prisão panóptica de Bentham opta por um código de vigilância e de controlo que possibilita a transformação do delinquente em produtor, de infractor a participante ativo da sociedade. É necessário, portanto, que este regime de produtividade se encontre regulamentado e suficientemente esquematizado para que todo o delinquente passe por uma avaliação primária que o defina no seu julgamento enquanto criminoso ou inocente e que, na sua reabilitação prisional, se ateste a continuidade da sua punição ou a sua eventual absolvição. Esta diferenciação entre o que é legal e o que é condenável define a prevalência de uma referência que atua como uma norma aplicável a todos os encarcerados.

Esta noção de normalização equipara-se a uma fasquia, a um conjunto de características que a instituição entende como a normalidade e que os seus indivíduos devem possuir de maneira a conseguirem, numa prisão, fazer com que a sua pena lhes seja reduzida. Condenado por incorrer em actos que não pertencem à normalidade social e que demonstram um desvio criminal de um comportamento habitual na sociedade, o prisioneiro é submetido ao sistema prisional para que, sob um regime de vigilância panóptica, seja normalizado ao ponto de se reinserir na sociedade. Relativamente a uma pena de prisão perpétua, esta possibilidade não existe, visto que a punição pela sua infração se sobrepõe a qualquer esperança de voltar à realidade exterior.

Em qualquer instituição individuante se mantém uma norma: na religião católica é a que separa a pureza do crente da corrosão do pecador, num hospício o que define a loucura do internado e a sanidade que este deve possuir para se juntar novamente à sociedade, e numa escola é a que distingue o bom do mau aluno, o mal comportado do aluno exemplar. De maneira a produzir o indivíduo desejado é necessário que a instituição defina uma referência transversal, objetiva na sua natureza, aplicada a todos os indivíduos que se encontrem submetidos à mesma.

Na realidade particular do Colégio, torna-se importante compreender que a normalidade do ensino público se revela pouco pertinente: definida entre uma classificação negativa ou positiva, pouco preocupada com as razões exteriores à escola que condicionam o desempenho do aluno, esta norma é mais objetiva e menos invasiva do aluno enquanto indivíduo. Sendo uma instituição educativa privada de prestigiada reputação, o ensino no Colégio usufrui de uma certa garantia de qualidade. Ao ser admitido, o aluno tem conhecimento prévio dos padrões de rigor e de excelência do mesmo, pelo que tem consciência da existência de uma referência à qual é esperado que corresponda.

Este processo de normativização do Colégio caracteriza-se por algumas particularidades que atuam de modo a corresponder às expectativas geradas pelos encarregados de educação que pagam valores elevados para os seus filhos obterem este ensino e pela própria instituição que pretende obter os mesmos resultados de ensino aos quais se tem habituado.

Assim, neste capítulo avaliam-se os mecanismos que desenham no Colégio este modelo de excelência: por um lado, a metodologia pedagógica através da qual se normativizam padrões de excelência académica, e os efeitos deste mesmo processo, por outro lado, que acabam igualmente por actuar na implementação de uma norma na consciência do aluno.

Esta normalidade extraordinária é a consequência de uma produtividade que atua sobre toda a camada estudantil e que incute uma determinada estrutura de valores sobre esta que, bastante aliada à própria ideologia católica do Colégio, encoraja a construção do personagem que se apresenta enquanto pecador na experiência confessional adiante. Orientado por um grande sentimento de fé, saído de um contexto educativo católico no qual a sua excelência e a

sua moralidade são privilegiadas, este indivíduo acaba por cometer uma infração homofóbica que não se enquadra em nenhuma das normas a que obedece: nem ao seu desempenho exemplar enquanto aluno de um colégio nem à sua relação pacífica e afetuosa com Deus. Como será lido, a homofobia da sua atitude circunscreve-se, no entanto, a um sentimento que a Igreja Católica, heteronormativa na sua génese, promove na consciência dos seus devotos.

### Excelência pedagógica

Inicialmente, a articulação estreita que se estabelece entre o ensino e o Serviço de Psicologia ilustra uma preocupação polivalente com o aluno na qual se consideram todos os aspetos da sua vida como determinantes para o seu sucesso escolar. Apesar de agir de acordo com critérios de prevenção, avaliação e intervenção inerentes ao seu ofício (artigo 15º), este serviço efetua a sua atividade em constante comunicação com os educadores responsáveis pelo desempenho académico do estudante em questão.

Evidentemente, a existência deste órgão não é exclusivo do Colégio, mas a sua extensa presença na vida dos alunos demonstra o esforço extraordinário com o qual se tenta colmatar possíveis dificuldades de aprendizagem e outros problemas extra-curriculares que estejam a dificultar o sucesso na escola. Esta presença consagra-se numa série de atividades que se desdobram em:

- consultoria psicológica e colaboração com a comunidade educativa;
- projetos e programas de intervenção;
- orientação vocacional;
- acompanhamento psicológico, psicopedagógico e aconselhamento;
- avaliação psicológica (através de entrevistas, observações e testes psicológicos).

Destacam-se ainda as aulas especiais — como as de orientação vocacional ou de educação sexual —, os projetos desenvolvidos em conjunto com a Direção de Turma (o projecto *Make It Possible!* desenvolvido em parceria com a empresa AIESEC é um exemplo), a Feira das Profissões ou o Dia de Refle-

xão, um evento que é discutido em detalhe no capítulo dedicado à componente católica do Colégio. Estas atividades demonstram a implementação de uma pedagogia participativa centrada na criança e trazida pela emergência de novos conhecimentos terapêuticos e pedagógicos.

Esta transição remonta ao âmbito religioso no qual o ser humano se apoiava em Deus para se tornar melhor, algo que foi eclipsado pelo mundo médico, trocando-se orações e penitências por consultas e intervenções médicas, terminando no estudo da psique, atentando-se não só ao estado físico como também ao estado mental. Todas estas realidades pertencem à sua disciplina específica, ou seja, possuem a sua tecnologia e os mecanismos de subjectivação implícitos, algo que resulta num aumento considerável dos efeitos de poder sobre o indivíduo.

No século XVIII formaram-se novas ciências como a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia infantil e a psicopedagogia, que se inscrevem no conjunto de métodos disciplinares e que estabelecem uma norma com uma abrangência cada vez maior à medida que se adquire cada vez mais conhecimento científico sobre a natureza humana (FOUCAULT: 1975, p. 257). O Serviço de Psicologia e o Serviço de Enfermagem são os órgãos responsáveis pela manutenção de uma norma de saúde física e, como mais importa para a presente análise, uma de saúde mental. Ao passo que o Serviço de Enfermagem promove programas de educação para a saúde e desenvolve campanhas preventivas e de formação na área da saúde, as psicólogas do Colégio intervêm no aluno sempre que este não esteja a corresponder à norma educativa de sucesso escolar, sendo que esta intervenção é apenas possível através da extensa comunicação entre os professores e os técnicos especializados.

A aplicação de uma norma especial não se baseia, no entanto, no exclusivo cuidado psicológico do aluno. O desenvolvimento deste ensino excepcional apresenta-se também em matéria curricular como é o caso da disciplina de Educação Física. Nestas aulas — que a partir do 5.º ano são dadas em simultâneo para um determinado ano letivo —, os alunos são divididos em dois grupos de acordo com o critério de género. Esta segmentação dos alunos tem como objetivo o desenvolvimento de desportos diferentes cujas raízes históricas apontam para a predisposição de gosto do aluno do género masculino e do

género feminino. O melhor exemplo desta regra é o facto de os rapazes jogarem futebol enquanto as raparigas praticam dança ou ginástica. Como diz Henry, o género encontra-se tão enraizado na nossa cultura que nem se o coloca em questão:

*“Género, treino de papéis de género e performance de género são aprendidos desde uma tenra idade juntamente com outras formas deliberadas de socialização. Não como as outras doutrinas de socialização, não há nenhuma supervisão orientadora que assegure que o ensino ocorra corretamente. O género é ensinado e aprendido como natural ao invés de ser entendido como um conceito estratégico.”*  
(HENRY: p. 3)

Esta estrategização visa um duplo estímulo do aluno: suposta satisfação com o conteúdo programático das aulas que, de acordo com a tradição cultural de género, vão de encontro aos seus interesses; tentativa evidente de profissionalização da atividade desportiva por meio de uma perpetuação de estereótipos. Seguindo este princípio, a escola acaba também por actuar como um panóptico de género no qual se separa e vigia o aluno de acordo com o seu sexo. A Educação Física é uma disciplina cuja normativização atua de forma mais imperiosa em relação a todas as outras: para além do género, existe também a obrigatoriedade de uso do equipamento desportivo adotado pelo Colégio que, acrescido ao uniforme normal que é esperado que o aluno use durante as aulas teóricas, inclui um calçado exclusivo e proíbe quaisquer artigos de adorno (artigo 18º).

Mais ainda, as Estruturas de Apoio e Complemento Educativo desenvolvem actividades que contribuem para esta excelência pedagógica, como é o caso das aulas de apoio e das Salas de Estudo ou de Prolongamento (artigo 4º). Estas servem como complemento para o aluno que se encontre com dificuldades em determinada disciplina ou matéria curricular, especialmente relevantes para os alunos inscritos em exames nacionais. De facto, a própria disciplina de Inglês divide-se em dois níveis a partir do 5.º ano: o nível curricular, no qual são lecionados os conteúdos promulgados pelo Ministério da Educação, e

o nível avançado, que prepara os alunos que se julguem preparados para os exames de aptidão linguística da Universidade de Cambridge.

Durante o 1.º ciclo do Ensino Básico, o Colégio desenvolve o ‘*Content and Language Integrated Learning*’, projeto que “pressupõe que as aulas de Estudo do Meio e de Expressão Plástica do 1.º ciclo sejam lecionadas em duas línguas e por dois professores em simultâneo — um professor por cada área curricular específica.”<sup>1</sup> O Prolongamento é, por sua vez, “um espaço/tempo destinado aos alunos do Pré-Escolar e 1.º ciclo que lhes permite a permanência nas instalações do Colégio após as atividades letivas, com acompanhamento de Auxiliares da Ação Educativa” (artigo 5º). Constituindo um serviço extra-curricular, este pretende assegurar a vigilância e a segurança do aluno em momentos que transcendem o tempo normal das aulas.

O próprio momento da avaliação é revestido de características especiais da instituição: não tendo data marcada até ao oitavo ano (COELHO: 2018), exige-se que os alunos se encontrem com os conhecimentos em dia a qualquer momento para um eventual teste; todas as avaliações no Ensino Secundário consistem em simulações de exame, algo que prepara o estudante para a realidade dos Exames Nacionais. A administradora e os professores do Colégio referem que a fórmula pela qual o Colégio atinge constantemente os seus bons resultados se deve principalmente ao acompanhamento próximo que é feito pelo docente e pela própria instituição.

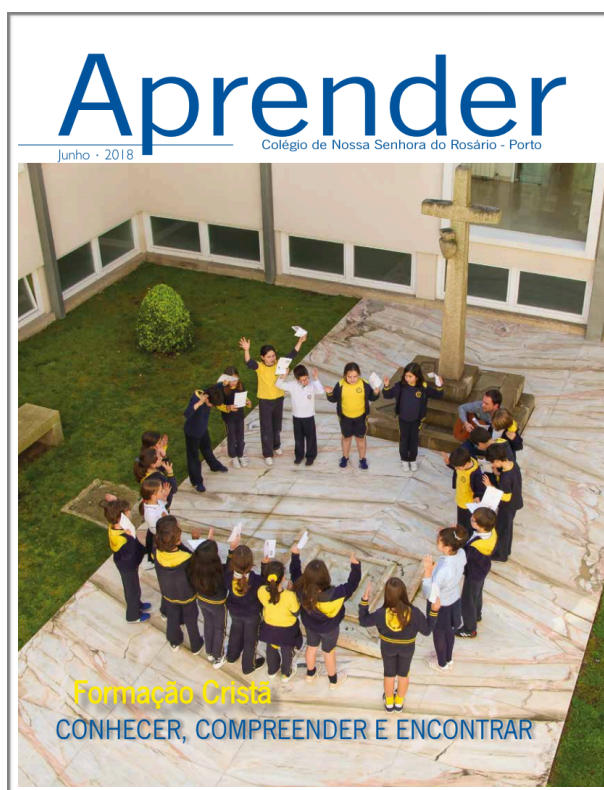


Imagem 4 — Capa da revista Aprender de Junho de 2018 (Fonte: site oficial da instituição).

<sup>1</sup> <https://www.colegiodorosario.pt/public/clil.aspx>.

Celebrando esta educação íntima, a revista *Aprender* é uma ferramenta através da qual professores, encarregados de educação, alunos e ex-alunos se esquecem dos limites que os separam e se aproximam na sua missão educativa conjunta através da partilha dos seus testemunhos por meio desta publicação institucional. Segundo Goffman, estas formas de cerimónia institucional servem para celebrar através de um “órgão de divulgação — geralmente um jornal semanal ou uma revista mensal —” (GOFFMAN: 1961, p. 85) a instituição total, fazendo o aluno temporariamente esquecer que a esta obedece.

### Efeitos da Norma



Imagem 5 — Entrevista dada pela irmã Teresa Nogueira aquando da publicação dos rankings das escolas nos exames nacionais (Fonte: SIC Notícias).

Por sua vez, é possível considerar uma forma diferente de normatização do aluno e que se prende com uma visão *a posteriori* dos padrões de excelência anteriormente apresentados. Apesar de não se efectuar em nenhum órgão ou documento escrito, esta atuação é de igual pertinência para a implementação de uma norma na medida em que atua passivamente na consciência dos alunos e que, apesar de ser uma consequência do encorajamento

da excelência do Colégio, acaba por também se constituir enquanto mecanismo.

É necessário numa primeira fase regressar ao conceito de espaço social e à sua influência nas relações entre os indivíduos para se compreender a larga influência que este exerce nas pessoas que o frequentam. Este espaço é construído de acordo com uma visão que joga simultaneamente com diversos conceitos: com a função social do edifício em causa, seja a oração feita numa igreja ou o estudo de uma sala de aula; com o sentimento invocado pelo espaço, como a imponência de uma alta catedral ou a austeridade de uma prisão; com a disposição estratégica dos seus elementos, como o altar superior do padre ou a derradeira torre de uma prisão panóptica. Dentro do Colégio, as relações que os indivíduos mantêm entre si são, portanto, muito influenciadas pelo próprio espaço no qual as estabelecem.

Desenvolvida por Bourdieu, a noção de *habitus* contempla os constrangimentos produzidos nos indivíduos pela disposição de um determinado espaço social que regula o comportamento e a interação dos membros de uma sociedade através da maneira como este se estrutura. Por outras palavras, o próprio espaço é dotado de uma importância categórica na medida em que regula, condiciona e restringe o indivíduo que se comporta adequadamente ao espaço que frequenta. A importância do *habitus* é tida em todo o tecido social, comprometendo a estrutura de um centro comercial, de uma igreja ou de uma escola: cada uma possui uma estrutura espacial que é transversal à função que assume.

Sob um olhar atento sobre o Colégio, o facto deste ser um alvo constante de investimentos e de melhorias é o primeiro factor de uma normalização que atua passivamente na consciência do aluno. A complexidade das instalações, encapsulando vários complexos multidesportivos e áreas de interesses diversos, a constante manutenção e conservação do bom funcionamento dos espaços — sendo que a cada Verão se procedem a alterações do espaço — e outros aspectos como a sua própria localização geográfica — localizado na prestigiada Avenida da Boavista no Porto — asseguram um determinado sentimento de excelência e de espacialidade que os alunos sentem ao frequentarem o Colégio.



Para além desta norma invocada pela excelência do espaço, outro factor que atua na implementação de uma norma de carácter passivo é o aspecto pecuniário do Colégio. A imposição de uma mensalidade de 519 euros para a frequência no Ensino Secundário implica uma seleção automática que, intencionalmente ou não, possibilita apenas a entrada a alunos cujos encarregados de educação possuam uma estabilidade financeira excelente — considerando que uma propina mensal se aproxima do salário mínimo nacional. Esta filtração tem consequências no aluno que, tendo consciência do alto valor que está a ser pago para ele poder frequentar a instituição, é incentivado a um esforço e a um empenho adicionais para que corresponda ao investimento que é feito na sua educação.

Este aspecto monetário representa uma fasquia que impede os alunos de estratos economicamente mais carenciados de frequentarem a instituição. Ainda que possa não ser intencional, associa-se assim o estatuto sócio-económico das famílias dos jovens ao empenho escolar destes e, por consequente, ao excelente posicionamento dos rankings em que estes colocam o Colégio. Apesar de os testes de seleção de alunos não serem uma realidade da instituição, optando-se por um conjunto de critérios essencialmente diferente, a regulamentação das propinas assume uma função seletiva e discriminatória de acordo com uma orientação sócio-económica. Leia-se:

*“A fórmula para este sucesso? A qualidade e continuidade dos professores, o empenho dos alunos e as fasquias de excelência, explica a irmã Teresa Nogueira, diretora do colégio. Sem ter testes de seleção de alunos, são os €500 de mensalidade que assumem essa função.”* (BOURBON: 2016)

Na mesma linha de análise, é urgente tecer certas considerações acerca dos rankings nacionais: no Semanário Expresso, levanta-se a questão de o sistema de rankings se encontrar privado de uma análise integral dos resultados que apresenta nas tabelas, o que, por outras palavras, exclui completamente os dados de contexto como os de natureza socio-económica anteriormente referidos. Isto deve-se ao facto de as instituições educativas privadas não enviarem estas informações ao Ministério da Educação, dificultando o estudo que

poderia ser feito sobre a possível relação entre a realidade sócio-económica do aluno e o seu sucesso escolar. Mais ainda, ignoram-se todos os outros dados que fornecem um quadro completo da realidade do aluno, informações “que permitem saber, entre outras coisas, que tipo de alunos frequentam aqueles estabelecimentos de ensino, quais as habilitações literárias dos pais, qual a percentagem de retenções e qual a composição do quadro de professores” (BOURBON: 2016).

Em último lugar, é também importante descrever o contexto no qual estes rankings são apresentados pelos meios de comunicação social. Na publicação dos resultados dos exames nacionais, estes são anualmente reunidos em tabelas distribuídas de acordo com as diferentes disciplinas, sendo que as de maior importância são as disciplinas de Português e de Matemática. Esta tradição da indústria mediática é representativa de mais uma força que não atua directamente nos alunos, mas que instala neles uma pressão adicional. O aluno sabe que o Colégio está habituado a estar no topo dos rankings como é o caso há quatro anos consecutivos e que, face a isso, a instituição se encontra sujeita a uma extensa cobertura mediática que é feita para explicar os meios pelos quais o Colégio consegue alcançar este posicionamento. À luz de uma entrevista conduzida pelo jornal *i*, a irmã Maria Teresa Nogueira refere que:

*“Não trabalhamos para o ranking nem para resultados, de todo. Trabalhamos para formar pessoas competentes. O ranking é apenas uma consequência disso.”* (COELHO: 2018)

Conforme dito pela própria diretora, estes factores não actuam num plano intencional e anterior aos próprios resultados, mas esta ausência de intenção não diminui a sua importância no processo de normatização da instituição: esta reputação mediatizada acaba por se tornar num factor decisivo no desempenho escolar do aluno. A grande cobertura mediática em torno da excelência dos resultados do Colégio, ainda que se produza sem que o seu alvo seja o encorajamento de o mesmo voltar a acontecer, coloca mais uma pressão

extraordinária nos ombros do jovem, uma norma especial no qual este se insere e que sente que deve alcançar.

Vários são os motivos que são apresentados como essenciais para a receita de sucesso do Colégio, mas neste capítulo importa antes observar como a própria qualidade do espaço do mesmo, a existência de elevadas propinas para o frequentar e a própria mediatização profunda usufruída pela instituição se constituem enquanto factores que também contribuem para a presença de uma norma especial na consciência coletiva dos alunos.

### **III. Controlo dos alunos**

A reconceptualização da infância e da pedagogia tornou possível a diversificação das formas de ensinar. De acordo com o professor e com o tipo de instituição a que pertence, existem três modelos educativos que possuem alguma relevância para a noção de controlo que se pretende construir neste capítulo. Segundo Robeyns, os modelos educativos são três: o modelo de capital humano, estabelecido para criar jovens prontos para o mercado de trabalho; o de direitos humanos, que visa o desenvolvimento no aluno de uma visão humanista e ética sobre o mundo; e o modelo das aptidões, preocupado com o estímulo polivalente das capacidades do estudante (ROBEYNS: 2006, p.70).

Por sua vez, Freund refere como as escolas católicas adoptaram um interesse pecuniário comum que compete para gerar uma classe média católica móvel que se distinga do resto da sociedade, sendo que o Colégio se insere nesta categoria (FREUND: 2001, p.10). Deste modo, alia-se a qualidade humanista e cristã de um ensino católico à visão capitalista da educação, colocando o Colégio num limbo entre os três modelos educativos. À educação especial e polivalente do Colégio está inerente o modelo das aptidões, à ideologia católica e solidária subjaz o modelo de direitos humanos e à garantia de qualidade de ensino corresponde o de capital humano — o modelo no qual o presente capítulo se pretende focar.

À entrada do seu educando na instituição, o encarregado de educação possui uma visão simultaneamente humanista e pecuniária. A mesma visão é partilhada pelos professores, cuja maioria ingressa os seus próprios filhos no

Colégio onde leccionam. Entende-se este dado como uma garantia de qualidade e de compromisso do seu ensino, e na competição das escolas privadas nada se prova ser mais importante do que esta noção de eficácia.

Ela é, por sua vez, duplamente vigiada: pelo Estado, através das inspeções gerais e das avaliações de professores, e pelo próprio Colégio na convocação de reuniões. Operando segundo uma lógica de mercado, esta vigilância é tão apertada que até é sugerido por Jane Perryman, à luz da legislação do *Office for Standards in Education* e do seu regime de inspeções das escolas faltosas no Reino Unido, que o desempenho do professor possa deter uma qualidade performativa, sendo que este pode ser responsabilizado publicamente pelas suas falhas enquanto docente. Esta performatividade é sugerida previamente por Lyotard, que reflecte que todos os negócios de uma sociedade pós-moderna se julgam em função do seu *outcome* e da sua performance (PERRYMAN: 2006, p.150). A própria irmã diretora entende os parâmetros de exigência que são impostos no Colégio:

*“Sabemos que a maior parte dos nossos alunos irá integrar o tecido social em funções de liderança, e para nós é fundamental criarmos e potenciar-mos bons cidadãos capazes de intervir na mudança social, a começar por uma competência, pela competência, mas não só: portanto, bem formados, com perfil de formação integral, com um quadro humanista e cristão, com hábitos de compromisso com os outros...”*<sup>2</sup>

Tais expectativas têm necessariamente de ser satisfeitas de acordo com um controlo apertado da educação e da formação do aluno. O elemento tradicional de controlo mais básico das escolas e que curiosamente não se aplica à realidade do Rosário é o toque do sino: utilizado para informar os estudantes de que as aulas irão ter início, o seu som é absoluto, mas no Colégio é substituído por vários relógios analógicos que se encontram distribuídos por todos os espaços. Relativamente a esta excepção, a irmã também a justifica através da excelência da instituição:

---

<sup>2</sup> <https://sicnoticias.sapo.pt/especiais/ranking-das-escolas-2017/2018-02-03-Escola-do-Porto-e-a-melhor-privada-do-pais-pelo-4.-ano-consecutivo>.

*“Por aqui, a exigência é visível também nas pequenas coisas. Aqui não se ouvem, por exemplo, toques de campainha. «Temos vários relógios pelos corredores e a campainha só toca nos exames.» É uma forma de responsabilização, que obriga os alunos a estarem atentos aos horários.” (COELHO: 2018)*

Cascais refere que a sociedade disciplinar e normalizadora descrita por Foucault é apenas o prenúncio de uma modernidade que foi posteriormente ultrapassada em todas as instituições totais (CASCAIS: 2013, p. 10). Deleuze explica esta actuação, aberta e contínua, representativa do fim das disciplinas e do início de uma sociedade de controlo como se lê no seu *Postscriptum* acerca da atualização da disciplina na escola para outras formas de poder como as “de controle contínuo, de avaliação contínua, e da ação da formação permanente sobre a escola (...) a introdução da ‘empresa’ em todos os níveis de escolaridade” (DELEUZE: 1992, p. 4).

A eficácia ininterrupta da escola torna-se outro elemento-chave para esta transformação e tal só ocorre enquanto se aplicar um controlo apertado sobre o estudante para que este consiga alcançar o desempenho que se procura. Por este motivo, o presente capítulo divide-se nas várias áreas nas quais se exerce este controlo: na selecção inicial que é feita dos estudantes através de princípios que constituem o sistema de admissões do Colégio, nas regras especiais que organizam e delimitam os corpos dos alunos ao mesmo tempo que os controlam e, por último, nos processos de arquivo e de registo que física ou virtualmente são constantemente feitos sobre dos mesmos.

### Critérios de admissão

O primeiro aspeto a ser considerado relativamente ao controlo é aquele que se exerce na etapa anterior à frequência na instituição e que se responsabiliza pela definição de critérios para a formação inicial da massa de estudantes e que dá pelo nome de processo de admissão. No âmbito do ensino público, esta admissão segue uma lógica geográfica que depende dos diversos agrupamentos de escolas de uma cidade, sendo que se privilegiam os alunos que residam numa área próxima à da instituição a que se candidatam. No en-

sino privado este processo de admissão não é considerado, visto que as instituições não pertencem ao Estado e que, por esse motivo, não visam simplificar a distribuição dos alunos pelas várias escolas.

Gozando de uma prestigiada reputação, o Colégio ingressa alunos de várias localidades do Grande Porto e possui uma longa fila de espera de candidatos interessados. Antes da inscrição oficial no Colégio, é necessário registrar e avaliar todos os candidatos que possuam interesse em frequentar a instituição, dando-se a pré-inscrição do aluno, que pode ser realizada a qualquer momento do ano e que implica o pagamento da quantia de 300 euros que é independente do ano letivo a que se candidata e do resultado positivo ou negativo da sua candidatura. É de notar que o Colégio apenas passou a aceitar jovens do sexo masculino em 1975, ano de mudanças consideráveis para a instituição.

Para além da lógica aritmética do número de lugares disponíveis e da ordem pela qual se pré-inscrevem, os critérios prendem-se essencialmente com o grau de adesão dos pais e do aluno ao Compromisso Educativo da instituição e a existência de laços de parentesco com alunos ou antigos alunos do Colégio, sendo que o resto da avaliação depende de uma avaliação do seu percurso e do seu perfil. Existe, portanto, uma preocupação especial com o elemento da família da qual se deduz uma partilha dos valores e ideais do Colégio entre irmãos ou primos e até mesmo filhos. Espera-se que a experiência do Colégio contagie e ensine.

Mais ainda, destaca-se que em “caso algum serão fatores de exclusão neste processo aspetos relacionados com a raça, religião, posição social e opções políticas dos candidatos ou das suas famílias”, de maneira que à tradição se alia uma inclusão liberal. Por motivos alheios à presente investigação, o fator da orientação sexual do aluno ou dos seus encarregados de educação não se encontra discriminada no Regulamento Interno. Não é possível concluir, no entanto, que esta ausência se traduz numa postura homofóbica por parte do Colégio, visto que em nenhum dos documentos encontrados consta informação relativa a esta possibilidade.

Conforme apresentado no capítulo dedicado aos efeitos da norma, referir as propinas no contexto dos processos de admissão revela-se aqui igual-

mente pertinente por também serem um critério através do qual os alunos são admitidos ou não: na eventualidade de estas serem demasiado elevadas para as famílias dos alunos consistem num obstáculo para a frequência dos alunos no Colégio. De ocorrência mensal e com um aumento gradual consoante o ciclo de ensino no qual se ingressa, os valores dos pagamentos mensais a ocorrer relativamente ao ano letivo de 2018/2019 apresentam-se na tabela abaixo, sendo que os encarregados de educação usufruem de um desconto de 10% por cada educando adicional que frequente o Colégio. Mais uma vez, o elemento da família é revestido de uma importância acrescida, visto que através de um incentivo significativo se procura activamente que o maior número de alunos do mesmo aglomerado familiar se junte a este projeto educativo.

Propinas 2017/2018	Pagamento mensal
Pré-Escolar	459,00 €
1º ciclo do ensino básico	487,50 €
2º ciclo do ensino básico	505,50 €
3º ciclo do ensino básico	505,50 €
Ensino secundário	519,00 €

Figura 2 — Regime de propinas instituído para o ano letivo de 2017/2018. (Fonte: site oficial do Colégio.)

### Organização dos corpos

A organização física do Colégio está preocupada com a delimitação dos seus espaços para o exercício de diferentes funções e para o controlo que é feito dos seus alunos. Conforme lido anteriormente, o estudante está espacialmente circunscrito ao espaço do Colégio desde o início até ao fim das atividades letivas. Contudo, este confinamento é mais elevado durante o período exacto das atividades letivas, isto é, durante o decurso das aulas: através do registo das presenças e das ausências, a assiduidade do aluno é priorizada e a sua presença controlada.

De facto, sujeita-se o corpo do estudante a uma divisão em segmentos diferentes nos quais é esperado que ele se encontre em determinado lugar a um determinado momento e que assuma um certo comportamento mediante a situação em que se encontra (SHERIDAN: 2016, p. 2): postulam-se regras como a adoção de uma postura correta na sala de aula ou a evacuação dos corredores durante os intervalos. Estas regras incidem diretamente no controlo de cada um dos corpos e de todos em simultâneo. Até 1975, a instituição era um colégio interno, pelo que os alunos chegavam a pernoitar no recinto durante a semana (COELHO: 2018).

Num olhar mais aprofundado, o horário é a forma de controlo mais básica de qualquer estrutura disciplinar, integrando os princípios de exposição e de vigilância do aluno na realidade da escola (WELLAND: 2001, p. 123). Aliando-se à técnica disciplinar de encarceramento prisional, a organização do tempo escolar controla e contempla as várias temporalidades do aluno. Em *Vigiar e Punir*, Foucault dedica um capítulo ao controlo da atividade do indivíduo como um meio de adestramento do seu corpo dócil, enumerando os princípios através dos quais o indivíduo é corrigido para que se molde a um ideal disciplinar. São eles: o próprio horário; a elaboração temporal do ato, isto é, a segmentação do horário em blocos curriculares específicos; a correlação entre o corpo e o gesto, ou seja, o rigor dos atos no corpo, que podem ir ao mais simples gesto de colocar o braço no ar; a articulação entre corpo e objeto que deve ser estreita e eficaz, evidenciada no rigor da prática da caligrafia; a utilização exaustiva, ou a repetição para a sedimentação no comportamento do indivíduo (FOUCAULT: 1975,).

Ora, a assiduidade exigida ao aluno é parte integrante de um currículo do corpo no qual também se inclui a sua pontualidade, a sua dietética e a sua dignidade visual. Segundo o artigo 2º do Regulamento, o aluno que frequenta o Colégio deve “ser assíduo, pontual e empenhado” ao mesmo tempo que está previsto que o atraso do aluno impeça a frequência da respetiva aula se este ultrapassar a tolerância máxima de 10 minutos, pelo que três atrasos a uma disciplina é o número máximo antes da marcação de falta.

Há ainda lugar a marcação de falta a quem não se encontre em conformidade com o uniforme adotado pelo Colégio (artigo 7º). Este uniforme traduz,



segundo Foucault, uma transmissão de modos comportamentais burgueses (SIMON: 1971, p.201) — e, neste caso, católicos. A marcação destas faltas tem um carácter injustificado, cumprindo um limite de acordo com a disciplina e com o ano letivo que o aluno frequenta. Sempre que se mostrar necessário, a ultrapassagem deste limite pode obrigar ao cumprimento de um plano individual de trabalho “em função da recuperação das carências de aprendizagem do aluno e tendo por referência o programa curricular do nível ou das disciplinas” a que o aluno faltou, sendo que o incumprimento deste plano resulta em medidas punitivas (artigo 12º). No caso excepcional de uma doença infecto-contagiosa, como é o caso dos piolhos ou de gripe, esta é justificada por meio de um relatório médico que impede o aluno de frequentar o Colégio até este atestar o fim do perigo de contágio (artigo 42º).

Por último, o controlo do corpo do aluno exerce-se para além do âmbito espacial e do médico e estende-se à sua própria alimentação. Até ao 3.º ano, é obrigatório que o momento do almoço seja acompanhado por auxiliares da ação educativa e por professores dos respetivos anos, com o objetivo de “desenvolver nas crianças bons hábitos, quer relativamente à forma de estar à mesa, quer ao tipo/quantidade de alimentação” (artigo 45º). Controlam-se, portanto, duas frentes: o comportamento que se deve adotar durante uma refeição e o quê e quanto se deve comer. O Colégio oferece ainda o serviço de refeitório — por um preço de 7€ — a todos os anos de ensino, e este é da competência da Eurest desde 2002, sendo que as refeições oferecidas consistem numa opção de carne, numa de peixe e numa de dieta, dirigida a quem pretende ter uma refeição ainda mais equilibrada do que os padrões de alimentação saudável prometidos pela empresa.

Como é possível verificar, o controlo exercido no aluno também se pauta por um olhar atento sobre o seu próprio corpo. Através de uma rígida determinação dos locais em que os alunos se devem encontrar a cada momento, dos movimentos performativos em diversos contextos da escola, esta vigilância estende-se para lá da forma como se adentra este corpo dócil e chega à própria imagem que é projetada pelo corpo. Baseada numa economia moral católica, exige-se que o aluno adopte o uniforme oficial do Colégio e que se apresente consoante a dignidade do espaço que frequenta, sendo que — conforme já lido

na excelência pedagógica — em Educação Física estas regras são ainda mais rigorosas. Dá-se ainda um controlo sobre a própria saúde do seu organismo: por meio da vigilância da sua saúde e do seu regime dietético, o corpo do aluno está submetido a uma norma que até presta atenção ao que este ingere nos espaços de refeitório.

### Perfil e registo

*“Existe, em primeiro lugar, a violação da reserva de informação quanto ao eu. Na admissão, os factos a respeito das posições sociais e do comportamento anterior do internado — principalmente os fatos desabonadores — são coleccionados e registados num dossier que fica à disposição da equipa diretora.”*  
(GOFFMAN: 1961, p. 31)

À entrada no Colégio é aberto um processo de documentação do aluno no qual constam todas as informações relativas à sua identificação, às suas classificações, aos relatórios médicos ou psicológicos e a quaisquer “outros elementos considerados relevantes para a evolução e formação do aluno” (artigo 40º). Este registo permite identificar, monitorizar e avaliar o estudante ao longo de todo o seu percurso escolar, pelo que perante uma mudança de escola este é algo que o acompanha e que representa a memória escrita da sua experiência: quaisquer infrações que tenham sido cometidas no passado não podem nem são esquecidas, visto que são essas que são destacadas no processo individual do aluno. Como em qualquer instituição totalitária, a privacidade do estudante termina, portanto, assim que este entra na escola.

Clarke (*in* NEMORIN: 2000, p.240) denomina este controlo de dados dos indivíduos como *dataveillance*, responsável por manter uma norma que regula os comportamentos anormais e que os aponta e os descreve. A etapa inicial deste registo é o da identificação, pelo que todos os colaboradores do Colégio, docentes e não docentes, “poderão, sempre que julgarem necessário, identificar as pessoas que pretendam aceder às instalações bem como o motivo da sua presença no Colégio” (artigo 50º). Esta medida excede o corpo estudantil e

aplica-se a qualquer indivíduo que se encontre no recinto, visando a segurança do espaço.

Sendo o *profiling* o segundo passo, há ainda lugar para o *tracking* ou para a localização do aluno, que é possibilitado pelo registo de presenças mencionado anteriormente, pelo seu confinamento ao espaço escolar ou pela existência de vários olhos vigilantes que, comunicando entre si, conseguem encontrar o aluno que procuram. A realidade tecnológica atual complementa e melhora esta vigilância.

Adicionalmente, é ao diretor de turma a quem compete assegurar a atualização do dossier individual do aluno, garantir junto dos pais e encarregados de educação toda a informação relevante para o acompanhamento do seu percurso escolar e educativo, acompanhar o seu registo de assiduidade e alertar os respetivos pais caso entenda ser necessário — nomeadamente se estes têm conhecimento das consequências da ultrapassagem do limite de faltas — e, por último, sumariar e registar os resultados das entrevistas com os encarregados de educação. É ainda da responsabilidade do professor e do diretor de turma — do 5º ao 12º ano — a recolha do Termo de Autorização de Prestação de Cuidados que, articulado com a Ficha de Saúde Mod. CNSR 250, é entregue ao Serviço de Enfermagem após a assinatura do encarregado de educação e que descreve todas as particularidades do aluno relativamente à sua saúde: detalhes como o tipo sanguíneo ou alguma alergia cujo conhecimento condiciona o seu tratamento.

Por outro lado, o registo do aluno na instituição, a inscrição nas atividades, a gestão do pessoal e o pagamento das propinas é da competência dos Serviços Administrativos, especificamente da Secretaria do Colégio que, na altura das avaliações finais de período, é o órgão responsável por afixar as classificações e por inscrever os alunos nos exames nacionais. No espaço da Secretaria também se procede, juntamente com a inscrição e com a renovação de matrícula, ao pagamento de um seguro de acidentes pessoais, que assegura a cobertura pecuniária de acidentes que ocorram em atividades organizadas pelo Colégio ou até no itinerário que é feito entre a casa e a escola.

Este controlo extensivo que é feito do aluno não lhe é exclusivo, pelo que o professor é igualmente responsabilizado pela sua atuação enquanto tra-

balhador. Este tipo de controlo é exercido através de diversos mecanismos de vigilância engendrados pelo Estado, tomando a forma de avaliações pontuais ou de inspeções. Face a esta responsabilização pública e transparente, o professor pode criar uma performance numa tentativa de corresponder às medidas de auto-disciplina que lhe são esperadas nesta mercantilização da escola: baseando-se em teorias de eficácia escolar, servindo-se de performatividade e de normalização, é assumido através destas inspeções que qualquer instituição educativa que satisfaça os critérios pelos quais está a ser avaliada consiga alcançar o sucesso escolar (PERRYMAN: 2006, p. 5).

### Sentidos de Vigilância

O regime de vigilância que se instala no Colégio é complementado por duas extensões que, para além de o reforçarem, se torna necessário aprofundar por dois motivos: por um lado, por pertencerem de uma maneira especial à instituição em análise e, por outro, por introduzirem a componente audiovisual que completa o presente projeto. Estas duas extensões são as bases teóricas principais para a experiência confessional e para a curta-metragem desenvolvidas adiante.

Fala-se inicialmente de uma extensão que pertence ao âmbito tecnológico e de uma que, mais importante para o presente trabalho, se prende com a realidade católica do Colégio e que permeia todo o seu funcionamento. A diferenciação destas extensões adicionais de vigilância no seu próprio capítulo resulta da associação que pode ser feita entre elas, actualmente ainda relevantes, e da estrutura panóptica do Colégio que aperfeiçoam.

À luz da emergência tecnológica da atualidade, o Colégio define a proibição de equipamentos tecnológicos nos espaços onde decorram aulas ou momentos de avaliação, sendo que a transgressão desta regra resulta no retiro do equipamento ao aluno (artigo 5º). No caso de se tratar de um momento de avaliação como um exame, esta deteção implica ainda a anulação automática da prova. É também proibido ao aluno de captar qualquer som ou imagem sem o conhecimento prévio da direção (artigo 23º). O mesmo não se verifica por parte da instituição: dispõem-se várias câmaras por todo o recinto que simulta-

neamente vigiam os comportamentos e comprovam, por meio destas imagens, os que constituem infrações ao Regulamento.

Na era dos smartphones, estes também podem ser entendidos enquanto dispositivos de vigilância. Capazes de captar imagem e som de qualidade que se pode constituir como prova no futuro, a qualidade de vigilância de um iPhone é o motivo que subjaz a sua escolha enquanto dispositivo de filmagem no âmbito da curta-metragem desenvolvida. Ao se filmar a perseguição de um misterioso indivíduo, instrumentaliza-se a capacidade de *voyeur* e de crueza do smartphone para a criação de uma imagem cinematográfica que se adequa às necessidades da experiência confessional que o argumenta. Por outras palavras, articula-se uma nova concepção de imagem fílmica com um segundo sentido de vigilância católica que, alicerçado no sacramento da confissão, requer uma análise mais detalhada adiante.

Por agora, o progressivo controlo de escolas, hospitais, estabelecimentos corretivos e educativos por parte do Estado pertencia outrora à responsabilidade de corpos religiosos ou de associações caritativas (FOUCAULT: 1965, p. 270). Esta transição de poderes não corresponde, no entanto, às características da instituição educativa do Colégio: de cariz privativo e de doutrina católica, este é uma instituição que, acima de todas as suas estruturas tangíveis de disciplina e de controlo, se encontra ainda sob a tutela de uma ordem religiosa e de uma realidade invisível e transcendente, figurada em Deus, que simultaneamente protege e vigia a comunidade formada por aqueles que Nele acreditam.

Esta vigilância é efetuada através de diversos e determinados mecanismos e práticas que fazem com que a doutrina cristã seja passível de ser realmente sentida pelo crente e para que neste se opere uma transformação que se coadune com os valores promulgados pela Igreja Católica. Práticas que o fazem sentir-se perto de Deus e que o produzem enquanto indivíduo puro e bom, estas formam a estrutura do dispositivo religioso católico ao qual subsiste um sentido de vigilância divina que se consagra verdadeiramente no sacramento da confissão.

Igualmente realizado no Colégio, este ato discursivo transformador é o derradeiro dispositivo através do qual a instituição católica é capaz de conde-

nar, controlar e vigiar os comportamentos da sua legião de crentes ao mesmo tempo que estabelece, na intimidade do confessional, a presença de uma norma que se encontra gravada na consciência do pecador que se confessa.

Apresenta-se no capítulo seguinte o caminho teórico que é percorrido até à concretização da dimensão prática do projeto: dividindo-se primeiramente nos projetos, nas actividades e nas práticas que formam a educação do aluno enquanto indivíduo solidário e religioso, tecem-se de seguida considerações sobre uma possível atuação panóptica que é feita pela religião católica. Por meio da sua estética, da sua arquitectura e das suas práticas ancestrais, pondera-se que Deus seja a figura mais antiga de um regime de vigilância que existe para quem Nele acredita.

#### **IV. Dispositivo católico**

Localizado na freguesia de Ramalde, o Colégio mantém, de acordo com o Ideário que se compromete a seguir, uma relação muito próxima com as zonas em carência social e económica com as quais se ativamente se preocupa em desenvolver actividades de cariz solidário. Este conjunto de actividades faz parte do Projecto Raiz e tem como objetivo “a inclusão social das crianças, jovens e famílias dos bairros de habitação social de Ramalde e das Campinas.”<sup>3</sup> Os alunos do Ensino Secundário do Colégio são convidados a participar nestas actividades através da partilha dos seus conhecimentos às crianças destes bairros por meio de explicações e de actividades lúdicas.

Através do Projeto de Acompanhamento Social (PAS), uma carrinha parte todas as semanas noite adentro pelas ruas do Porto para fornecer alimento e roupa a pessoas carenciadas em zonas onde os sem-abrigo dormem habitualmente. Esta ajuda não se consagra apenas numa realidade imediata: um adulto está sempre responsável por registar as presenças e os perfis dos sem-abrigo, reportando ao Colégio a situação de residência e de trabalho de cada um. Para além de se providenciarem cuidados básicos, importa também que o sem-abrigo invista na melhoria da sua situação e que se torne “um agente do

---

<sup>3</sup> <https://www.colegiodorosario.pt/public/ajudaRaiz.aspx>.

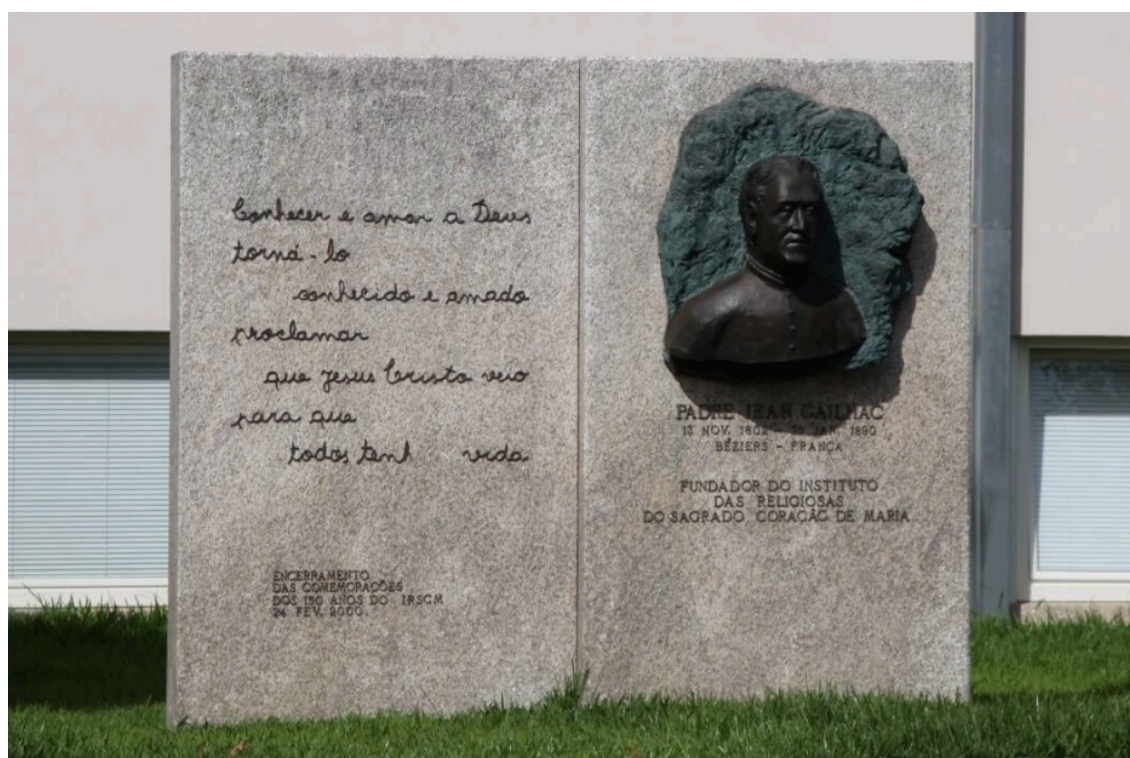


Imagem 6 — Monumento construído no Colégio em nome do padre Jean Gailhac, fundador do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (Fonte: site oficial).

seu próprio desenvolvimento e libertação.”<sup>4</sup> Como se pode inferir, esta mesma intervenção solidária no sem-abrigo constitui mais um mecanismo de produção que segue uma orientação católica e um regime de instituição total.

Mais ainda, a solidariedade do Colégio consagra-se também através de uma qualidade missionária que se estimula e se persegue, estendendo-se este compromisso com o Outro para um âmbito internacional. Através do projeto Moçambique, os alunos escolhidos passam um mês num país africano no qual dão aulas a crianças órfãs carenciadas e ajudam na construção de infra-estruturas que aumentem a sua qualidade de vida. Por motivos de turbulência política,<sup>5</sup> este projeto missionário ocorre atualmente em Timor e detém os mesmos objetivos, sendo que os voluntários desta aventura incluem alunos do Secundário, professores e religiosas.

<sup>4</sup> <https://www.colegiodorosario.pt/public/ajudaPas.aspx>.

<sup>5</sup> Informação obtida a partir de <https://www.dw.com/pt-002/doze-momentos-chave-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-governo-de-mo%C3%A7ambique/a-17822725>.

Inicialmente, as primeiras obras do Instituto localizavam-se em Béziers, França, e eram destinadas ao acolhimento de mulheres e de crianças carenciadas, tendo nessa altura as funções de Refúgio e de Orfanato. Estas foram evoluindo, de “acordo com as necessidades de cada tempo” (Ideário p. 6), acabando por se expandir para outras áreas e países. Em Portugal, esta atuação começou em 1871 na área da educação através do Colégio Hennessey, antecessor do atual Rosário.

Em homenagem à sua história, o Colégio celebra o Dia do Colégio a 7 de Outubro, data durante a qual se celebra uma eucaristia especial acrescida às que são celebradas trimestralmente. O momento eucarístico, celebrado a cada período e que reúne todos os alunos de um determinado ano lectivo, é o evento mais comum de estreitamento da relação entre os alunos e a sua fé. Contudo, este ocorre durante o período de aulas, sendo que estas são suspensas para dar lugar a este ritual, algo que Goffman refere como sendo um ajustamento primário (cf. Panoptismo Religioso).

Devido a este facto, os alunos já se encontram no recinto quando esta tem lugar, sendo que lhes é marcado falta se não comparecerem na capela do Colégio. Esta é a razão pela qual se atribui uma qualidade de subversão a determinadas práticas do Colégio, como também é o caso da oração matinal obrigatória, momento durante o qual todos os alunos são obrigados a levantar-se independentemente da sua fé ou da sua vontade de rezar: não oferecem ao aluno a liberdade de as recusar.

O Dia de Reflexão, por outro lado, ocorre uma vez por ano e reúne todos os alunos de uma turma e o respetivo Diretor de Turma aos quais se junta um professor de Educação Moral Religiosa e Católica ou uma irmã do Sagrado Coração de Maria numa excursão até um local de recolhimento, por norma um seminário, onde se desenvolvem atividades coletivas que estimulam o sentimento de comunidade inerente a valores cristãos.

Por sua vez, as peregrinações desenvolvidas pelo Colégio são uma forma de vivência religiosa que são encorajadas a todos os indivíduos do Colégio. Dividem-se em três importantes locais de culto católico: Fátima, Santiago de Compostela e Taizê. No âmbito curricular apenas se insere a peregrinação a Santiago de Compostela, no decurso do 8.º ano, pelo que a religiosidade curri-



cular está ao cargo da disciplina de Educação Moral Religiosa e Católica (E.M.R.C.), podendo também ser complementada pela Catequese, que é proposta aos alunos a partir do 1.º ano de escolaridade e que contempla momentos de formação, de vivência litúrgica e de celebração dos sacramentos.

A partir do 2.º ciclo de ensino, a educação religiosa é ainda auxiliada por três outras disciplinas exclusivas do Colégio que se dividem em vetores temáticos que têm em comum a formação integral do aluno enquanto ser humano:

- Atelier de Desenvolvimento Humano, que consiste no debate de eventos que problematizam os Direitos Humanos;
- Objetivos Individuais por Aluno, disciplina que privilegia o acompanhamento personalizado dos jovens no âmbito pessoal, académico e ético-social;
- Reunião de Turma, que corresponde à reunião semanal entre Diretor de Turma e alunos.

Não fazendo parte do programa curricular oficial do ensino público, esta carga disciplinar reforça uma polivalência educativa do Colégio que tem por base um quadro de valores humanistas e cristãos que se encontra no Ideário perseguido por todas as instituições educativas da ordem religiosa da qual fazem parte.

Em último lugar, existe o conjunto de práticas católicas que se revestem de uma importância acrescida pela sua qualidade litúrgica e que se constituem enquanto cerimónias que se relacionam diretamente com a figura de Deus. De especial relevância para a presente investigação, a celebração dos sacramentos insere-se num quadro de produtividade que submete o aluno a uma série de rituais discursivos cujo objetivo é o de assimilar todos os alunos à norma idealizada pela Igreja Católica. Esta extensão religiosa acrescenta uma entidade adicional à rede institucional visto que, ao se implementar a confissão prévia ao momento da Eucaristia, o Colégio submete o aluno à ideologia da Igreja Católica e, por consequente, à figura de Deus.

## Panoptismo religioso

Para começar, importa descrever o determinismo cultural dos ajustamentos primários e secundários apresentados por Goffman e que se relacionam com a especialidade litúrgica do Colégio. Variando consoante o contexto socio-cultural, a diferença consiste no primeiro ser natural e lógico que aconteça, isto é, que *deva* haver um ajustamento da situação atual do prisioneiro para que alguma exceção lhe seja dada (GOFFMAN: 1961, p. 163). Um ajustamento secundário é algo que pode ser reivindicado pelo prisioneiro ou, neste caso, pelo aluno, mas que é inquestionável para a instituição na qual se insere. Um aluno poderá reivindicar o limite de ultrapassagem de faltas, mas isso é algo que difícil ou impossivelmente será alterado pelo Colégio. No entanto, suspendem-se trimestralmente as suas atividades letivas para dar lugar a uma Eucaristia, algo que no ensino público não constitui uma realidade: eis um ajustamento primário do Colégio, que demonstra que o catolicismo é simultaneamente uma exceção e uma prioridade para a instituição.

Para além disso, existe uma distinção que urge ser feita entre religião natural e religião positiva ou histórica. Agamben afirma que a religião natural é a relação geral entre o ser humano e Deus e que a religião positiva é o conjunto de mecanismos que realizam esta fé, divina e transcendente, num campo real e prático de existência (AGAMBEN: 2005, p. 2). Ao ser apoiada por este elemento histórico e cultural, a religião necessita desta dialéctica entre as duas definições para conseguir converter o transcendente em algo que seja tangível para o crente.

Sob um olhar para o passado dos dispositivos, vemos que o Cristianismo desenvolveu uma economia teológica que está preocupada com a concretização prática da existência de Deus, efectivamente consagrada no estabelecimento da Trindade divina — Pai, Filho e Espírito Santo — e na relação que as três figuras traduzem para a teologia: Deus confia ao seu filho Jesus Cristo o direito e o dever de espalhar na Terra o Espírito Santo. Através desta tripartição, forma-se o dispositivo mais antigo conhecido ao Homem (p. 5). Esta *oikonomia* teológica pode, numa leitura foucauldiana, ser entendida da mesma forma que todos os outros dispositivos produtores de poder-saber o são: mais do

que responder a questões metafísicas, a religião católica vem traduzir para o mundo real um conjunto de regras e de princípios que definem valores, comportamentos e atitudes dos que acreditam (KALAREH: 2014, p. 20).

De facto, o guarda de uma prisão panóptica, que vigia os prisioneiros a partir de uma torre a um ritmo contínuo — invocando nestes a sensação de que podem estar a ser vigiados a qualquer momento —, é uma concepção que remete para as qualidades de onisciência e de onipotência típicas de uma religião monoteísta. Encarada como o absolutamente bom soberano do crente, a figura de Deus é para este detentor de todo o conhecimento, algo que inclui todos os seus pensamentos, palavras, gestos e atitudes. É esperado, portanto, que o devoto viva de acordo com a liturgia na qual acredita e que se conduza de uma forma altruísta e isenta do maior número de erros possível. A prática do adultério e a identidade sexual homossexual constituem exemplos de desvios a esta norma que, na teoria, é recompensada com a dicotomia de Céu e de Inferno e na salvação e danação que lhes corresponde.



Imagem 7 — Fotografia do Segundo Concílio do Vaticano (Fonte: Crossroads Initiative).

Por sua vez, o Concílio II do Vaticano veio instituir alterações consideráveis no âmbito do funcionamento de instituições católicas como o Colégio. Durante de 1962 até 1965, postulou-se que as aulas das instituições educativas católicas não teriam mais de ser leccionadas por irmãs de hábito, sendo que estas também já não teriam de o vestir para dar aulas. Esta normatização de uniforme não se aplica exclusivamente ao docente: de acordo com o artigo 25º do Regulamento, o aluno deve “apresentar-se com vestuário que se revela adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares, no respeito pelas regras estabelecidas no Colégio.”

Mais ainda, a instituição de um respeito religioso vai além do controlo que é feito dos corpos e das suas imagens, formando-se igualmente no campo das práticas não discursivas como é o caso da arquitetura e da espacialidade das áreas religiosas. De facto, a imponente de igrejas, catedrais ou basílicas serve para corresponder a altitude e a soberania de Deus a um princípio estético religioso de grandeza que atingiu o seu esplendor durante o período gótico (DE LOS SANTOS, 2013). Por norma, o próprio confessionário encontra-se no extremo oposto ao do altar, que se encontra sempre num lugar de superioridade, idealmente separando a sujidade do pecado da santidade da palavra litúrgica.

Esta governamentalidade da Igreja Católica acaba por também se praticar através da iconografia religiosa, dos objetos sagrados e das práticas que inserem Deus no quotidiano dos crentes. Outrora, as imagens que ainda preenchem os lugares de culto cristão serviam para contar a liturgia bíblica ao povo maioritariamente analfabeto e que não conseguia aceder aos escritos da Bíblia, mas estas ilustram princípios, lições de moral e feitos elevados pela Igreja Católica enquanto modos do cristão viver e de se conduzir. Esta imagética é responsável por vigiar a consciência coletiva dos crentes de uma maneira reflexiva: mostrando-lhes como agir, este é lembrado do que deve e do que não deve ser e fazer. Atente-se, por exemplo, no mais célebre artigo de iconografia católica, o objeto do crucifixo. O que faz este se não lembrar ao Homem de que Jesus Cristo morreu pelos seus pecados?

No sistema das práticas católicas, o sacramento da confissão está, por sua vez, encarregue de produzir um sentido individuante e culpabilizante no

indivíduo que se confessa. Obrigando a que este verbalize o mais condenável dos seus pecados na intimidade do segredo confessional, este sacramento é o ritual responsável por controlar o crente, o seu comportamento e o seu mais perverso pensamento. Face à onisciência de Deus, o devoto sabe que nada lhe escapa e que é necessário demonstrar uma vergonha, uma culpa e um arrependimento do seu pecado para que se transforme enquanto indivíduo novo e purificado.

Apesar de o conceito de panoptismo ter apenas sido introduzido por Bentham em finais do século XVIII, uma leitura panóptica da teologia católica volta a tornar-se inevitável. Ao instrumentalizar esta estrutura de princípios, de mecanismos e de práticas, a Igreja Católica coloca todos os seus devotos sob o seu olhar vigilante: incutindo-lhes uma norma, produzindo-os enquanto cristãos e lembrando-os a quem prestam verdadeiramente contas.

### Análise da experiência

O desenvolvimento deste trabalho de projecto consiste numa tentativa de articular as especificidades encontradas no Colégio do Rosário enquanto dispositivo educativo e católico com uma experiência audiovisual baseada num dos mecanismos da instituição: a confissão católica. Este sacramento consiste num ritual que se prevê que transforme o indivíduo que, ao admitir as suas falhas e os seus desvios na intimidade de um confessor, acredita que esta verbalização opere uma transformação imaterial em si mesmo (BABO: 2011, p. 183).

Esta transformação consiste, por sua vez, na purificação da identidade do pecador, distanciando-o do que ele acredita ser errado e aproximando-o do que se encontra alinhado com uma moral católica mais ou menos universal. Para além das formas anteriormente vistas de como uma instituição como o Colégio é capaz de controlar o aluno consoante uma norma escolar excelente, o panoptismo de Deus é aquela que, transversal a todas as instituições católicas, verdadeiramente se consagra no sacramento penitencial. Da mesma maneira que a norma escolar produz os alunos no contexto educativo, a norma da confissão enquadrará os mesmos indivíduos no contexto católico.

Dá-se, portanto, uma sobreposição de duas realidades panópticas que o presente capítulo tenta simultaneamente demonstrar e problematizar. Através da gravação de uma confissão real, prevê-se que uma análise teórica seja complementada por um exemplo prático, atual e pertinente, que serve como ponto de partida para uma abordagem criativa sobre dispositivos. Recapitulando, o percurso de análise do presente trabalho divide-se em:

- investigação de uma instituição educativa católica;
- experiência real do sacramento da confissão;
- reflexão e extensão audiovisual do dispositivo confessional;

Efectivamente, o dispositivo da confissão sofreu alterações na sua teologia de acordo com circunstâncias civilizacionais e culturais. Na Grécia antiga a confissão era intermediada pelo oráculo de Delfos e escutado pelas sibilas. O aforismo mais importante era a frase “Conhece-te a ti mesmo”, dado que o processo de introspecção e de auto-conhecimento era crucial para o conhecimento do resto do mundo: a verdade interior ditava a verdade exterior. No âmbito cristão e ainda presente na atualidade, a confissão tem como *telos* a excisão de actividade considerada pecaminosa para a expurgação desse mesmo interior corroído, “alma” na concepção cristã, com o objetivo de assim se ser um melhor indivíduo perante Deus, temendo-se as represálias presentes na dicotomia de Céu e de Inferno.

Face a este juízo final do crente, a confissão exige uma discursivização, um falar ‘verdade’ que se foca no conhecimento que o sujeito detém de si mesmo e que o enquadra numa triangulação entre ele próprio, o padre que o ouve e o *tiers symbolisant* representado pela instância de Deus, que é simultaneamente “aquele a quem se diz a verdade e aquele que garante a verdade do dito” (BABO: 2011, p. 180).

O próprio Foucault constata, por sua vez, que a confissão é uma componente essencial do exercício do poder moderno, razão pela qual uma experiência de confissão é crucial para a presente investigação. Na aproximação a um plano real e atual de experiência cristã, a narrativa desenvolvida na confissão e apresentada na curta-metragem subsequente pertence ao ramo da ficção. Esta ficcionalização tenta problematizar, por um lado, a vigilância da Igreja Católica enquanto produtora de subjectividades, e a prevalência de uma ideo-

logia heteronormativa maniqueísta à qual o crente se encontra submetido, por outro.

Preocupado com a reprovação moral com que a Igreja Católica vai receber o seu acto de natureza homofóbica, o personagem pecador dirige-se a um confessorário de maneira a encontrar um discurso que o console, que o ajude e que o perdoe. Devidamente analisado no seu respectivo capítulo, procede-se ao levantamento dos mecanismos discursivos empregados pelo padre ao qual se segue a análise da curta-metragem que, motivada por esta experiência, consiste numa reflexão sobre a forma como os dispositivos e a vigilância se podem abordar prática e criativamente.

Questionando-se a heteronormatividade da teologia cristã através do confronto com um padre de uma narrativa que não se circunscreve a esta ideologia, o posicionamento do mesmo torna-se inevitável e alude, em certa medida, à reprovação da homossexualidade por parte da Igreja Católica e à sua subsequente medicalização enquanto perturbação do foro mental, algo que declarações recentes do Papa Francisco corroboram (imagem 8).

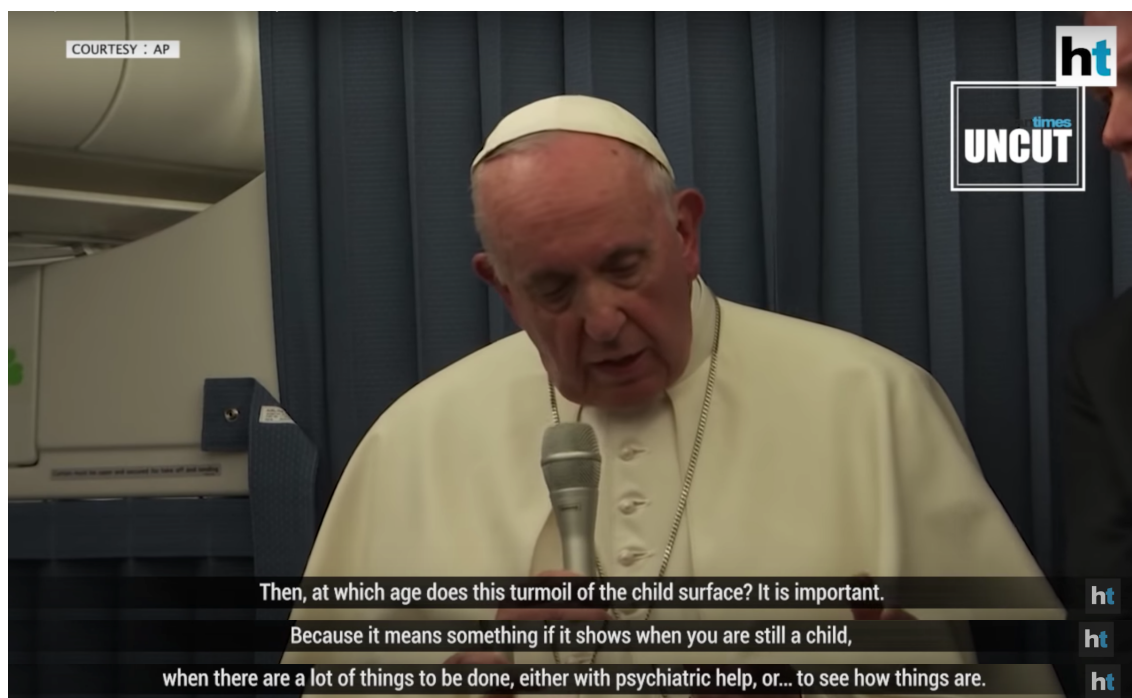


Imagem 8 — Numa conferência de imprensa a 27 de Agosto de 2018, o Papa Francisco aconselha pais de crianças homossexuais a procurarem ajuda psiquiátrica. Traduzido do inglês: “Então, a que idade surge esta perturbação na criança? É importante, porque significa algo se surge enquanto se é criança, quando há muitas coisas a serem feitas, seja com ajuda psiquiátrica, ou... ver como as coisas são.” (Fonte: Hindustan Times).



No catolicismo, a oração é o mecanismo discursivo mais elementar, através do qual é possível pedir ajuda, consolo ou perdão à figura divina. A celebração da missa oferece igualmente o mesmo tipo de contacto próximo e íntimo, dividindo-se em vários rituais dotados de objetivos distintos: a homilia, momento durante o qual o padre inspira os ouvintes pela abordagem de narrativas bíblicas; o ofertório, que consiste numa troca pecuniária necessária à continuidade da instituição religiosa; a sagrada comunhão, ritual que celebra a morte e a ressurreição de Jesus Cristo através da transubstanciação da hóstia no seu corpo. Este sacramento pode ser celebrado de acordo com critérios definidos pela Igreja Católica no geral ou por instituições cristãs em particular, dependendo sempre da celebração prévia do sacramento da confissão.

Para a apresentação da memória descritiva da confissão obtida, é importante numa primeira fase delinear os contornos éticos da mesma. Embora necessário, o conhecimento prévio do padre iria expôr o carácter investigativo da confissão e inviabilizaria a recolha verdadeira dos resultados. Por esse motivo, tomaram-se determinadas medidas com o intuito de impossibilitar a identificação do padre e do local no qual a confissão teve lugar: ocultaram-se nomes e excluíram-se segmentos da experiência nos quais o padre fala sobre si mesmo ou sobre a sua paróquia de maneira a não quebrar um código ético complexo nem o anonimato pretendido. Quando alguma fala do mesmo se encontra citada, a mesma relaciona-se *exclusivamente* com a narração que lhe foi apresentada.

Durante a redação do tratamento relativo à caracterização do personagem que se confessa, concluiu-se que a construção de um argumento provaria-se infrutífera à luz do naturalismo inerente a uma confissão. O critério mais importante a ser considerado foi a generalização e a abstração da narrativa apresentada para que esta fosse o menos pessoal e detalhada possível, alcançando-se uma visão generalizada sobre o assunto em análise. Da sua caracterização geral enquanto personagem destacam-se, portanto, apenas os seguintes aspectos:

- educação católica numa área metropolitana;
- solidão do personagem como consequência à sua mudança de cidade;
- episódio recente de sedução homossexual e subsequente homofobia.



É igualmente pertinente referir que a narrativa consistia inicialmente na história de um jovem crente que procurava respostas na sua fé e na instituição católica para conseguir articular a sua homossexualidade na sua realidade religiosa. No entanto, este confronto seria inconsequente nos seus efeitos, visto que a posição da Igreja acerca da homossexualidade é conhecida — imagem 8 — e a sua problematização não levantaria nenhuma reflexão inovadora. À luz desta evidência, altera-se o personagem para um jovem que tenha tido no seu passado atitudes de repúdio da homossexualidade, sendo também decidido reduzir a especificidade da ocorrência para que a homofobia do personagem não fosse tão evidente. Esta ausência de detalhes sobre o acto incorrido alinha-se com os sentimentos de vergonha e de culpa típicos de quem se submete à prática confessional, conforme se lê:

*“O dispositivo articula então a conduta de um passado (perdoado) para um futuro de promessa. Esta passagem da confissão como acto único à confissão reiterada introduz um sistema de repetição que favorece a inscrição da vigilância e da culpa. Ao repetir-se, o oral acaba por se inscrever então como marca no interior do sujeito criando-lhe esse sentimento que não mais o abandonará e que é individuante: a culpa.”* (BABO: 2011, p. 181)

A culpa é o sentimento que motiva a própria confissão, na qual o regime discursivo é também um regime de censura totalitário: ao que é proibido de se dizer em público corresponde a obrigação de o dizer no confessional. Comportando atos, pensamentos e omissões (BABO: 2011, p. 183-184), o que apenas se pensa e que não chega a ser palavra é também vigiado. Na ausência de detalhes sobre o comportamento homofóbico do personagem, os dois intervenientes — tanto o padre como o personagem — têm ainda assim consciência de que o ato perpetrado se perdoa por intermédio da sua verbalização no momento da confissão.

Assim, o personagem obtém o perdão que procura ao demonstrar penitência pelo seu pecado. Este arrependimento inerente à sua confissão é o que motiva a sua decisão de se confessar e é igualmente apresentado ao padre: mencionando que perdera o contacto com a Igreja e com a sua fé devido à sua

mudança de cidade, fala de um caminho que percorre até casa na madrugada seguinte ao acto a que incorre, momento que o faz contemplar a sua vida e os actos dos quais se arrepende. Referindo ainda um sonho de uma possível vingança que sofreria como consequência do seu pecado, este presságio reforça os sentimentos de culpa, de arrependimento e de medo que o atormentam.

Neste momento de angústia, o padre consolou o confessor através de uma alusão à história do filho pródigo e de um comentário acerca da diversidade e do cosmopolitismo de uma cidade como Lisboa, onde refere que a tais loucuras corresponde um “preço enorme.” Desta forma, o padre posicionou-se criticamente face à narrativa apresentada ao demonstrar empatia com o estado emocional do pecador. Falando também da dificuldade em se encontrarem relações interpessoais isentas de um interesse sexual, evidencia-se uma empatia com a reação do personagem face aos avanços do seu amigo:

*“Muitas vezes, a gente sabe que no meio deste ambiente de loucura, é muito difícil encontrar amizades e exemplos, quem não procura com segundas intenções, quem não abusa, e às vezes, infelizmente, tem muitas pessoas que se deixam muito usar, porque a solidão, porque o vazio, porque as dificuldades económicas põem muitas vezes numa situação completamente despojada.”*

A partir deste momento, o padre construiu um monólogo que ocupou a maior parte da experiência e que se traduziu, por um lado, num discurso baseado na sua narrativa pessoal e nas narrativas litúrgicas de Barrabás, de Maria Madalena e do Evangelho de São Marcos. Ao recorrer a estas histórias bíblicas, o padre apresentou exemplos que funcionam como argumentos de autoridade. É o caso do ladrão crucificado ao lado de Jesus, que supostamente não corrigiu nenhuma das infrações que cometera em vida, mas que, ao confessar o seu arrependimento ao Messias, foi aceite no Céu:

*“Qual foi o primeiro santo a entrar no céu? Lembra-se? Foi o bom ladrão. Estava crucificado ao lado de Jesus. Diz-me uma coisa, ele teve tempo para ir devolver o que tinha roubado? Não. Ao menos pediu desculpa às pessoas a quem tinha feito mal? Também não. Mas, mas ele amou com tanta in-*

*tensidade que recebeu a promessa de Jesus: hoje estarás comigo no Paraíso.”*

Maria Madalena, figura célebre do Novo Testamento e primeira pessoa a quem Jesus apareceu depois de morrer na cruz, pediu perdão a Cristo que, por sua vez, expulsou da mesma “certos demónios.” Estes dois indivíduos destacam-se por uma característica em comum: o arrependimento que demonstraram a Jesus. Para o padre, infere-se que essa importante tomada de consciência equivale àquele momento confessional. Terminando com outra narrativa pertencente ao Evangelho de São Marcos, refere que uma atitude diferente após a admissão de culpa é também importante:

*“O Evangelho de São Marcos conta na linguagem do primeiro século que um homem tinha estado possesso do diabo, e que depois foi liberto da força do mal, limpou a casa e a arrumou, mas não a encheu de nada. Depois, os diabos passaram e viram que aquela casa não tinha nada lá dentro, e chamaram outros três piores do que o primeiro, e o estado daquele homem ficou pior do que era antes. Ou seja, a gente pede perdão, a gente tem a certeza que Deus perdoa, mas tem que por coisas boas cá dentro.”*

O personagem que se apresenta ao padre reitera a sua vontade de deixar o “ódio por essas pessoas”, isto é, uma intenção de alterar a sua mentalidade ao se distanciar do sentimento negativo que diz nutrir por indivíduos homossexuais. O padre assegura que o sacramento da confissão é a garantia do perdão de Deus e que o mais importante é o pecador perdoar-se a si próprio através da aceitação dos seus actos e da necessária correção dos seus pecados. Só através disso, refere o mesmo, é que o pecador permite que o amor e a felicidade voltem a entrar na sua vida.

## Análise do filme *Prefácio*

A concepção da imagem do *Prefácio* num movimento persecutório único está preocupada com dois aspetos: a simplicidade da imagem sobreposta ao discurso confessional complexo e uma articulação entre o som e a imagem que o acompanha, a partir da qual se pretende extrair no decurso do filme uma forte dissonância. A componente visual do filme pode ser dividida em três capítulos que são repartidos por zonas consoante o troço da caminhada a que correspondem, algo pertinente para a relação de som e imagem que se pretende desenvolver: a Avenida da Liberdade, a Estefânia e a Praça de Londres.

Ao se seguir o protagonista procura-se também que a filmagem do iPhone corresponda à fluidez da narrativa que é contada dentro e fora de campo, isto é, que narre o caminho de reflexão que o confessor refere ter feito após a noite confessada. A utilização do iPhone enquanto dispositivo fílmico cria uma aproximação narratológica que métodos convencionais de filmagem não são capazes de transmitir, equivalendo a câmara a uma figura simultaneamente íntima e intangível. Para não corromper a fluência proposta por este instrumento, os cortes foram evitados ao máximo e procuraram que o personagem se mantivesse em primeiro plano e que se preservasse uma sensação de liberdade, de contemplação e, acima de tudo, de mistério.

Por sua vez, devem ser apresentados determinados detalhes relativamente ao som da curta-metragem: a narrativa confessional que o espectador escuta foi por motivos éticos novamente gravada por pessoas diferentes para que a voz do padre não estivesse incluída, e o som de exteriores que acompanha esta narração foi gravado separadamente da imagem a que se assiste para um maior controlo da qualidade sonora.

Adicionalmente, é também preciso tecer algumas considerações acerca do título escolhido para a curta-metragem. Tratando-se de uma narrativa que tem um momento confessional como ponto de partida, o título serve, por um lado, para descrever a transformação do pecador num indivíduo novo e purificado, e alude, por outro, ao prenúncio constituído do momento persecutório que o espectador contempla — que se inicia em tela, mas que não se revela completamente.



Imagem 9 — *Frames* do plano-sequência de *Dressed to Kill* (1980) que motivaram a presente curta-metragem. A inversão do movimento persecutório largamente influenciou a perseguição aparente que se apresenta no *Prefácio*.

Ao nível das influências, o *Prefácio* relaciona-se com a repetição de movimento d’*O Cavalo de Turim* (2012), obra que encerra a carreira do realizador húngaro Béla Tarr e que foi louvada pela crítica internacional.<sup>6</sup> Outras obras como *Danação* (1988) e *Prólogo* (2004) consagram-se como filmes de renome internacional pela simplicidade com a qual Béla Tarr trabalha as imagens, evitando recorrer a uma narrativa rebuscada para apresentar a densidade e complexidade emocional dos personagens e das suas experiências. O derradeiro

<sup>6</sup> [https://www.rottentomatoes.com/m/the\\_turin\\_horse](https://www.rottentomatoes.com/m/the_turin_horse)

exemplo desta estética é *O Cavalo de Turim*, obra que veio fechar o ciclo cinematográfico de Béla ao ser, segundo este, o seu último filme sobre o fim do mundo e, por consequência, sobre o fim do cinema. A narrativa é simples e parte da premissa do mito da morte, que diz que este endoidece definitivamente após se abraçar a um cavalo sentenciado à morte. Este cavalo, contam as imagens, encontra-se num estábulo pertencente a um pai e a uma filha, que vivem num local remoto e que seguem a mesma rotina diária durante todo o filme.

Efectivamente, a destruição e o caos através dos quais as histórias sobre o fim do mundo são habitualmente representadas não encontram n' *O Cavalo de Turim* nada que se assemelhe. Como alternativa, este fim é caracterizado por uma repetição exaustiva do quotidiano dos personagens, com algumas subtilezas responsáveis pelo desenvolvimento da narrativa, e por uma sensação de desespero e solidão que advém desta ausência de imagens. O fim do mundo segundo Béla não irrompe abruptamente pela tela numa sinfonia estimulante de sinestésias, mas apropriadamente se apresenta como sendo exactamente o oposto. É essa exaustão de imagens sustentada por ténues vislumbres da narrativa que o *Prefácio* tentou procurar.

De facto, a curta-metragem é também inspirada por um plano-sequência de *Vestida Para Matar* (1980), de Brian de Palma, no qual se apresenta a protagonista sendo perseguida por um homem misterioso pelos corredores de um museu de Nova Iorque, figura por quem desenvolve um fascínio e que acaba por também perseguir. Aliada à repetição de movimento, a inversão deste movimento persecutório é de particular interesse para a narrativa do *Prefácio*.

Assolado pela solidão de se encontrar longe da sua terra natal, o personagem da narrativa em voz-off conta a um padre que procurara alternativas ao seu contexto familiar e católico ao adotar um estilo de vida recreativo e noturno. Nesse meio, acaba por conhecer um rapaz com o qual estabelece uma amizade que será desenvolvida para um interesse sexual pela outra parte. Durante uma dessas noites, esta pessoa investe nesta direção e o protagonista adota um comportamento repulsivo e implicitamente pecaminoso que o motiva a confessar esta ocorrência. Tanto na experiência confessional como na curta-metragem, os detalhes do seu comportamento são omitidos para que a interação



se constitua apenas enquanto suspeita, como se pode ler na seguinte transcrição:

*“Eu conheci uma pessoa, da qual fiquei mesmo muito amigo, até que um dia nessa noite, essa pessoa — essa pessoa é um homem — e fez-se a mim, seduziu-me, ali numa discoteca no Cais do Sodré. E eu fiquei mesmo muito magoado porque me senti um bocado traído, senti que a minha amizade estava a ser traída, por essa pessoa, e fiz uma coisa da qual não me orgulho.”*

Na primeira fase, o capítulo da Avenida da Liberdade procura estudar o contraste cromático do casaco azul do protagonista face a todo o ambiente social que o rodeia, nomeadamente face às copas das árvores capturadas em plano de fundo. Filmado sem qualquer controlo sobre o espaço envolvente, este capítulo aparentemente descreve a narrativa sonora ao corresponder ao próprio caminho introspectivo feito pelo confessor. Este momento é, porém, interrompido pelo surgimento de um segundo personagem que se mantém à frente do protagonista até ao final do filme (imagem 10).



Imagem 10 — Imagem referente à revelação do segundo personagem durante o capítulo da Avenida da Liberdade. Surgindo em cena, o espectador é capaz de tomar consciência de que este caminho não é aquele que o confessor descreve.

No segundo capítulo, a intenção principal consiste na especificação da narrativa visual que se pretende tornar cada vez mais evidente. Depois da Avenida da Liberdade, o protagonista toma na Estefânia uma atitude diferente ao demonstrar em vários momentos a intenção de se esconder do segundo personagem que mantém a sua caminhada. Aqui, procura-se uma lenta dissociação entre a narrativa visual e a sonora: o que se vê já não é o que se ouve e a perseguição feita pelo protagonista torna-se óbvia pela constância e pela repetição do movimento, sendo que os motivos para tal ainda não são claros para o espectador.

A partir deste segundo momento, a distinção entre as duas narrativas levanta uma nova leitura sobre a narrativa visual: quem estamos a seguir não é quem ouvimos a confessar-se. Após várias tentativas em permanecer longe do olhar de quem persegue, o protagonista surge na Alameda a continuar o troço final do seu percurso. A um ritmo mais tenso, a perseguição continua a ser narrada até a figura de preto desaparecer de vista, dando lugar ao momento final do filme.

Nesta ausência de imagem, o confessor refere um sonho que teve acerca de uma perseguição feita pela sua vítima que o impelira a confessar-se. Quando acaba de o descrever, o espectador volta a observar o protagonista que finalmente se encontra parado em frente a uma igreja.



Imagem 11 — Imagem de um dos últimos planos-sequência no qual se vê o protagonista em primeiro plano e o segundo personagem a descer as escadas da igreja, dando-se o confronto final do filme.



Neste momento dá-se uma disforia total entre as duas narrativas, na qual o que se vê *definitivamente* não é o que se ouve. Enquanto o padre pede ao pecador para acompanhar o acto de contrição que irá proferir, o protagonista visual mantém a sua distância e contempla a entrada da igreja ao mesmo tempo que retira uma faca do bolso, a empunha e aguarda. A oração penitencial é pedida em conjunto até à absolvição exclusiva do padre, durante a qual se assiste à saída do segundo personagem da igreja, momento no qual as duas narrativas apresentadas colidem numa única conclusão: o protagonista visual é a vítima e não o agressor, e o que se sucede entre os dois transcende o que se pretende que seja *apenas* um prefácio.

## **Conclusão**

Evidenciado nas páginas anteriores, a herança teórica de Michel Foucault é de extrema importância para compreender a influência destes vários mecanismos na produção de um indivíduo idealizado pelo Colégio a partir dos quais se extrai uma experiência que é transversal a todos os que o frequentam e que serve como ponto de partida para a ficcionalização de uma narrativa que se enquadra neste contexto.

Em primeiro lugar, a análise do dispositivo do Colégio implica a categorização dos vários mecanismos que são responsáveis pela produção de um determinado aluno no qual tanto as suas classificações como os seus valores e comportamentos devem ser verdadeiramente exemplares. Recapitulando, a presente investigação dividiu-os em: mecanismos que visam a aplicação disciplinar, através da qual se corrige ou se castiga o aluno; formas de estabelecimento de uma norma extraordinária — seja por uma pedagogia interna ou por factores externos à instituição — à qual o aluno é impelido a corresponder; e medidas que exercem um controlo especialmente rigoroso no estudante, abrangendo a sua admissão no Colégio, a economia sobre o seu corpo e o processo de arquivamento dos seus resultados e comportamentos.

Adicionalmente, conclui-se que duas realidades de vigilância acabam por transcender o aluno e por se aplicar a *todos* os membros da instituição. É o caso da nova vigilância tecnológica, progressivamente urgente e debatida no

seu respectivo capítulo, que regula com rigor a forma como os dispositivos tecnológicos permeiam o quotidiano da instituição. Para a presente investigação interessa, no entanto, falar detalhadamente da realidade religiosa do Colégio e da possibilidade de compreender o seu dispositivo católico como uma rede que em muito se assemelha a uma estrutura panóptica.

Aqui, a figura maior de Deus constitui-se enquanto derradeiro vigilante, transcendente e invisível, a quem o crente deve um determinado comportamento e conduta para que consiga alcançar a recompensa que lhe é prometida após a sua morte. Esta relação em muito se traduz numa concepção de panoptismo que é anterior à prisão de Bentham.

Pelo seu exercício de controlo mais evidente, o sacramento da confissão é o processo de subjectivação católica que recebe mais atenção. Na criação de um espaço de diálogo entre o crente e o padre, intermediário de Deus e portador da sua palavra litúrgica, a Igreja Católica serve-se de um dispositivo ancestral que escrutina o comportamento do crente e garante que este se encontra alinhado com o pensamento católico. Devido à sua prevalência na actualidade, a teorização sobre esta técnica sugere necessariamente uma experiência confessional real que, gravada sob total discrição, permite analisar um verdadeiro exemplo desta realidade discursiva e os mecanismos de retórica através dos quais um padre interage com um pecador.

Na experiência, este apresenta-se como portador de uma narrativa fictícia marcada pela educação de um colégio católico e motivada por um comportamento de natureza homofóbica que vai, de certa forma, de encontro à apologia heteronormativa da Igreja Católica. Apesar do resultado não ser revelador de um sentimento homofóbico, a empatia demonstrada pelo padre em questão insurge-se contra a situação política do Estado português na qual a pluralidade sexual da sociedade já se encontra desenvolvida para além da herança heteronormativa católica.

Em último lugar, a curta-metragem desenvolvida articula uma abordagem de dois dispositivos, o tecnológico e o religioso. Abordados no decurso do mestrado em Ciências da Comunicação, ambos consistem numa leitura contemporânea das suas actuações, por um lado, e das suas problemáticas ainda pertinentes, por outro. O dispositivo tecnológico, cada vez mais difuso

pelo tecido social e melhorado em termos técnicos, levanta questões acerca da sua função enquanto instrumento pessoal e institucional, reticular e estratégico (CASCAIS: 2013, p. 12), e da sua possível utilização como dispositivo fílmico.

Na prática, o exercício levado a cabo pela execução do filme *Prefácio* traduz-se numa tentativa de enquadrar um dispositivo telefónico no âmbito cinematográfico e na sua própria capacidade de vigilância, constituindo-se como um tema duplo: como filme, demonstrando a possibilidade de filmagem através de dispositivos facilmente acessíveis e de recursos reduzidos ou até mesmo nulos, e como um exemplo premente de vigilância devido a uma aproximação de imagem capaz de induzir um voyeurismo único e específico de pequenos instrumentos fílmicos como é o caso de um iPhone.

Com uma subtilidade literária, o aforismo que encabeça o trabalho consiste na principal motivação para a concretização do mesmo: na procura dos mecanismos que produzem a autoridade de uma instituição particular, encontra-se uma estética que Saramago refere que pode ser encontrada em lugares de poder. Neste caso, o belo não se traduz numa qualidade subjectiva das estruturas e das técnicas de poder, mas na forma perfeita com a qual estas atuam como dispositivo, consagrando-se como um panóptico que equivale o aluno do Colégio ao recluso prisional em várias valências. Através da experiência confessional e da curta-metragem aliadas a este projecto tenta-se que esta autoridade seja prolongada para um âmbito audiovisual onde é possível construir uma beleza que se adequa à concepção de autoridade e de vigilância à qual actualmente ainda se procura dar forma estética.

## **Anexos**

### **Componente audiovisual**

#### **Performance confessional**

##### Pré-produção (de Março a Maio de 2018)

- Escolha do local da experiência performativa;
- Argumento;
- Tratamento do personagem;
- Gravação:
  - 4 de Abril: primeira tentativa;
  - 2 de Agosto: segunda tentativa;
  - 3 de Agosto: terceira e última tentativa.

##### Pós-produção (Agosto)

- Tratamento de som;
- Montagem;

#### **Curta-Metragem**

A produção e realização da curta-metragem dividiu-se em:

##### Pré-produção (de Maio a Julho de 2018)

- Réperage;
- Casting;
- Logística;
- Rodagens:
  - 9 de Agosto das 15:00 às 20:00;
  - 15 de Agosto das 15:00 às 18:00;
  - 16 de Agosto das 17:00 às 19:00;
  - 17 de Agosto às 18:00;
  - 21 de Agosto das 15:00 às 19:00;

##### Pós-produção (Agosto a Setembro)

- Tratamento de imagem;

## Referências bibliográficas

**AGAMBEN**, Giorgio. "O que é um dispositivo?" Brasil: outra travessia, nº 5, 2005. Consultado a partir de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/11743>.

**BABO**, Maria Augusta. "Em segredo: a confissão como relação interdiscursiva." Comunicação e Sociedade, Vol. 20, 2011. pp.175-190.

**BESLEY**, Tina. "Foucault, truth telling and technologies of the self in schools." Journal of Educational Enquiry, Vol. 6, nº 1, 2005. Consultado a partir de <https://pdfs.semanticscholar.org/fba4/3b5f8c080e773658a8d801c098383c34cdfb.pdf>.

**BOURBON**, Maria João. "Colégio do Rosário: a média mais alta nos exames do secundário está aqui." Expresso, Dezembro de 2016. Consultado a partir de <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-12-17-Colegio-do-Rosario-a-media-mais-alta-nos-exames-do-secundario-esta-aqui#gs.urGkIOQ>.

**BOURDIEU**, Pierre. "Physical Space, Social Space and Habitus." Noruega: Universidade de Oslo, 1996. Consultado a partir de [https://archives.library.illinois.edu/erec/University%20Archives/2401001/Production\\_website/pages/StewardingExcellence/Physical%20Space,%20Social%20Space%20and%20Habitus.pdf](https://archives.library.illinois.edu/erec/University%20Archives/2401001/Production_website/pages/StewardingExcellence/Physical%20Space,%20Social%20Space%20and%20Habitus.pdf).

**CASCAIS**, António Fernando. "Nota de Apresentação" in FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Lisboa: Edições70, 1975.

**COELHO**, Beatriz Dias. "Rankings. Quando a diferença traz bons resultados." Jornal *i*, Fevereiro de 2018. Consultado a partir de <https://ionline.sapo.pt/599141>.

**DEACON**, Roger. "Michel Foucault on education: a preliminary theoretical overview." South African Journal of Education, Vol. 26, nº 2, 2006. pp. 177-187.

Consultado a partir de <http://www.ajol.info/index.php/saje/article/viewFile/25063/20733>.

**DELEUZE**, Gilles. “O que é um dispositivo.” Lisboa: Edições Vega, 1996. Consultado a partir de: [http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos\\_dispositivos/programa/deleuze\\_dispositivo](http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo).

**DELEUZE**, Gilles. “Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle.” Brasil: conversações, Vol. 34, 1992. pp. 219-226. Disponível na Internet a partir de: <http://www.somaterapia.com.br/wp/wp-content/uploads/2013/05/Deleuze-Post-scriptum-sobre-sociedades-de-controle.pdf>.

**DELEUZE**, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2012. ISBN 9789724417202.

**DE LOS SANTOS**, Danielle. “Discourse Analysis of Catholic Church Spatial Practices.” Texas: Universidade de Georgetown, 2013. Consultado a partir de [https://people.southwestern.edu/~bednarb/su\\_netWorks/projects/delossantos/index.html](https://people.southwestern.edu/~bednarb/su_netWorks/projects/delossantos/index.html).

**FOUCAULT**, Michel. *História da Sexualidade Vol. 1: A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994. ISBN 0394513576.

**FOUCAULT**, Michel. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*. Tradução de Colin Gordon, Leo Marshall, John Mepham, Kate Soper, Nova Iorque: Pantheon Books, 1980. ISBN 9789724417202.

**FOUCAULT**, Michel. “The Eye of Power: A Conversation with Jean-Pierre Barrou and Michelle Perrot.” 1971. Disponível na Internet a partir de <https://nbrowkaw.files.wordpress.com/2010/12/the-eye-of-power.pdf>.

**FOUCAULT**, Michel. *Vigiar e Punir*. Lisboa: Edições 70, 1975. ISBN 9789724417202.

**FREUND**, Margaret. “They hear all about it around the traps’, Catholic Ethos and School Choice.” Fremantle: Universidade de Notre Dame, 2001. Consultado a partir de: <https://www.aare.edu.au/data/publications/2001/fre01667.pdf>.

**GOFFMAN**, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Brasil: Editora Perspectiva, 1961. Consultado a partir de [https://cdn.fbsbx.com/v/t59.2708-21/11104815\\_1118623518153838\\_1145925604\\_n.pdf/GOFFMAN-Erving.-Manic%C3%B4mios-Pris%C3%B5es-e-Conventos.pdf?\\_nc\\_cat=107&\\_nc\\_ht=cdn.fbsbx.com&oh=b29217c373e659f9894946a2c81f1d-ce&oe=5BD67941&dl=1](https://cdn.fbsbx.com/v/t59.2708-21/11104815_1118623518153838_1145925604_n.pdf/GOFFMAN-Erving.-Manic%C3%B4mios-Pris%C3%B5es-e-Conventos.pdf?_nc_cat=107&_nc_ht=cdn.fbsbx.com&oh=b29217c373e659f9894946a2c81f1d-ce&oe=5BD67941&dl=1).

**GALLAGHER**, Michael. “Are Schools Panoptic?” *Surveillance & Society*, Vol. 7, nº 3, 2010. pp. 262-272. Consultado a partir de <http://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/viewFile/4155/4158>.

**HENRY**, Stephen. “The Perfect Prison for Children: Elementary School as a Panopticon.” Consultado a partir de [http://www.academia.edu/6928964/The\\_Perfect\\_Prison\\_for\\_Children\\_Elementary\\_School\\_as\\_a\\_Panopticon](http://www.academia.edu/6928964/The_Perfect_Prison_for_Children_Elementary_School_as_a_Panopticon).

**JACKMAN**, Marc. “Teacher-Student Discourses, Power Brokerage and Classroom Engagement.” *International Journal of Humanities and Social Science*, Vol. 4, nº 7, Maio de 2014. Consultado a partir de [http://www.ijhssnet.com/journals/Vol\\_4\\_No\\_7\\_1\\_May\\_2014/20.pdf](http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_4_No_7_1_May_2014/20.pdf).

**KALAREH**, Kurdish Amoui. “Self(ie)-Surveillance: Religion, Recording Instruments, and the Body.” Canadá: Universidade de Queens, 2014. Consultado a partir de [https://www.academia.edu/12239438/Self\\_ie\\_-Surveillance\\_Religion\\_Recording\\_Instruments\\_and\\_the\\_Body](https://www.academia.edu/12239438/Self_ie_-Surveillance_Religion_Recording_Instruments_and_the_Body).

**LLAMAS**, José Manuel. “Technologies of disciplinary power in action: The norm of the 'good student.'” *The International Journal of Higher Education Research*, Vol. 52, nº 4, 2006. pp. 665-686. Consultado a partir de <http://link.springer.com/article/10.1007/s10734-004-1449-1>.

**MORENO**, Joaquim. "Ritual Power. Now I lay me down to eat." *Power Architecture*. Portugal: Casa da Arquitectura, 2017. ISBN 9789899679061.

**NEMORIN**, Selena. "Post-panoptic pedagogies: The changing nature of school surveillance in the digital age." *Surveillance & Society*, Vol. 15, nº 2, 2017. pp. 239-253. Consultado a partir de: <http://eprints.lse.ac.uk/83311/1/Nemorin-Post%20pan-optic%20pedagogies.pdf>.

**ROBEYNS**, Ingrid. "Three models of education - rights, capabilities and human capital." *Theory and Research in Education*, Vol. 4, nº 1, 2006. pp. 69-84. Consultado a partir de [http://www00.unibg.it/dati/corsi/68028/51815-Robeyns%20\(2006\)%20Three%20Models%20of%20Education.pdf](http://www00.unibg.it/dati/corsi/68028/51815-Robeyns%20(2006)%20Three%20Models%20of%20Education.pdf).

**SIMON**, John. "A Conversation with Michel Foucault." *Estados Unidos: The Partisan Review*, 1971. pp. 192-201. Consultado a partir de [http://learningspaces.org/files/foucault\\_lecture.pdf](http://learningspaces.org/files/foucault_lecture.pdf).

**PERRYMAN**, Jane. "Panoptic performativity and school inspection regimes: disciplinary mechanisms and life under special measures." *Journal of Education Policy*, Vol. 21, nº 2, 2006. pp. 147-161. Consultado a partir de: <http://discovery.ucl.ac.uk/10001905/1/Perryman2006Panoptic147.pdf>.

**PIRO**, Joseph. "Foucault and the Architecture of Surveillance: Creating Regimes of Power in Schools, Shrines, and Society." *Educational Studies*, Vol. 44, nº 1, 2008. pp. 30-46.

**SHERIDAN**, Connor. "Foucault, Power and the Modern Panopticon." *Connecticut: Trinity College*, 2016. Consultado a partir de: <https://digitalrepository.trin-coll.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1564&context=theses>.

**WELLAND**, Trevor. "Living in the 'Empire of the Gaze': Time, Enclosure and Surveillance in a Theological College." *The Sociological Review*, 2001. Consul-



tado a partir de: [https://www.academia.edu/13072524/Living\\_in\\_the\\_empire\\_of\\_the\\_gaze\\_time\\_enclosure\\_and\\_surveillance\\_in\\_a\\_theological\\_college](https://www.academia.edu/13072524/Living_in_the_empire_of_the_gaze_time_enclosure_and_surveillance_in_a_theological_college).

## **Bibliografia institucional**

**Colégio do Rosário**, *Regulamento Interno*. Porto: 2016. Disponível a partir de: <https://www.colegiodorosario.pt/handlers/getDocumento.ashx?reg=Nsc-K6HY9Wtkc+Jk4FQ01jzwEbBYK0DusLVgrzIZNm1yJcPkUeRAsmQ==>.

**Colégio do Rosário**, *Ideário*. Porto: 2010. Disponível a partir de: <https://www.colegiodorosario.pt/handlers/getDocumento.ashx?reg=0MOfWGhBPq6Kg2WXhHTLg9/2C7Oq11fK/9dZt9ulz0lrPyRHy4F4QQ==>.

**Colégio do Rosário**, *Compromisso Educativo*. Porto: Multiponto, 2006. Disponível a partir de: <https://www.colegiodorosario.pt/handlers/getDocumento.ashx?reg=0MOfWGhBPq6Kg2WXhHTLg+lqklil5AlQo52bVnuc/IliQbiF4-mu4bnlAvOi3uaTM>.

## **Filmografia**

*Danação*, **Béla Tarr** (Hungria, 1988, 116').

*O Cavalo de Turim*, **Béla Tarr** (Hungria, 2011, 156').

*Prólogo*, **Béla Tarr** (Hungria, 2004, 5').

*Dressed to Kill*, **Brian de Palma** (Estados Unidos, 1980, 105').

*Tangerine*, **Sean Baker** (Estados Unidos, 2015, 88').